

A photograph of a bicycle with a black mesh basket on the front, parked on a light-colored sidewalk. The bicycle is white and black. A long, dark shadow of the bicycle is cast onto the sidewalk to the right. The background is a plain, light-colored wall.

spri

INFORMAÇÃO

de férias com a luta na bagagem

No dia 29 de Maio, teve lugar, no Fórum da Maia, a sessão de abertura do Debate Nacional sobre Educação, que contou com a presença da ministra da Educação numa primeira mesa, presidida por Júlio Pedrosa – na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Educação, promotor do referido debate – e que contou, ainda, com António José Seguro (presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura). De seguida, teve lugar um painel, moderado pelo jornalista Carlos Magno e composto por: Joaquim Azevedo (coordenador da Comissão Organizadora do Debate Nacional sobre Educação), Belmiro de Azevedo, Artur Santos Silva e Ariana Cosme.

Após as intervenções dos membros do painel, houve lugar a um período de debate, no qual me inscrevi, apresentando-me, ao iniciar a intervenção, como docente do quadro de escola da EB2,3 do Viso (Porto) e dirigente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof).

Na intervenção propriamente dita, procurei salientar a influência perniciosa que têm produzido na classe docente, e na própria vida das escolas, as repetidas declarações da ministra relativamente ao trabalho dos docentes e das escolas, desrespeitadoras da dignidade e do empenho de toda uma classe profissional. Referi que, decerto, ninguém acreditaria ser possível fazer uma reforma num sistema, agindo frontalmente contra os principais intervenientes no mesmo.

Procurei, depois, transmitir que esta sensação de insatisfação, e mesmo de revolta, para com as constantes atitudes provocatórias da ministra da tutela mais se reforçaria com a recente entrega de uma proposta de revisão do Estatuto da Carreira Docente de todo inaceitável, tendo chegado a referir dois ou três aspectos centrais que considerava mais emblemáticos da opinião que procurava transmitir. Contudo, não pude prosseguir no que seria, sensivelmente, o último minuto da minha intervenção, uma vez que o moderador do debate me cortou a palavra, alegando não ser aquele o momento para o tratamento de questões sindicais.

Ainda tentei explicar que não confundia os planos, mas que me parecia que num debate sobre educação cabia, evidentemente, a referência ao que a ministra pretende que sejam as condições de trabalho dos profissionais da área, designadamente a duração da carreira, a proposta de enormes constrangimentos na progressão, o alargamento do horário lectivo, ...

Mais não disse, porque de novo me foi cortada a palavra! Isto apesar de a temática ser inequivocamente abrangida por uma das seis áreas temáticas em que o debate é proposto (3 – escolas, professores e outros profissionais).

Decidi, então, abandonar a sala, desiludido com um tratamento que achei pouco consentâneo com as regras do debate democrático. Não quero, contudo, deixar de referir uma última situação, esta relatada por alguém que permaneceu na sala mais algum tempo, sendo, pois, apenas uma citação de uma citação.

Pouco após o meu abando da sala, o moderador ter-se-á dirigido à ministra em termos deste género: “Pode agora prosseguir, senhora ministra, que o sindicalista já saiu da sala!”. Ressalvando que tal frase me foi relatada por terceira pessoa, abstenho-me de mais comentários. ▶



Debate Nacional sobre Educação

Testemunho sobre a sessão de abertura

José Manuel Costa

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Ana Alvim · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Será que algum professor, porventura menos atento às questões que lhe dizem directamente respeito, ainda pensa que a revisão do seu Estatuto de Carreira, que já está em curso, se trata, apenas, de uma “simples” revisão desse mesmo estatuto?

Será que pensamos que se trata de simples ajustamentos a uma carreira que manterá a mesma lógica, uma carreira que já conhecemos e cujos desenvolvimentos são aqueles com que contamos neste momento?

Será que todos nós já nos apercebemos do que está verdadeiramente em jogo nos dias que vivemos?



ABEL MACEDO

Coordenador do SPN

Não quero ter a veledade de responder com segurança por todos os professores, quer num sentido quer noutro. Mas estou certo que não errarei, se me inclinar no sentido de que a percepção que muitos professores ainda têm do momento que vivemos está longe da dura realidade que enfrentamos. E o que enfrentamos é a possibilidade de em vez de uma carreira, termos duas – dois desenvolvimentos de carreira – em que à segunda, a mais alta, só chega um terço dos professores. Ou seja, para a generalidade dos docentes restará a primeira metade da carreira!

Mas, não obstante esta gravíssima restrição, sobre todos – incluindo aqueles para quem se perspectiva apenas meia carreira – ainda impende uma avaliação de desempenho sujeita a quotas, castradora do desempenho de excelência, porque excelentes (e muito bons) serão apenas aqueles que caibam nas quotas administrativas determinadas em cada ano pelos “excelentes” políticos que ocupam os cargos de poder.

Vejam só o que isto significa: para podermos progredir na carreira (ainda que só a metade), não nos basta ser bons, termos um desempenho incedível quanto a dedicação, envolvimento, capacidade e empenhamento – ainda temos de saber se cabemos nas quotas que os “sábios” determinaram!

Trata-se, assim, de sabermos distinguir entre dois caminhos: um, dirigido aos nossos alunos, às aprendizagens que necessitam de levar a cabo, a um trabalho centrado em preocupações pedagógicas; outro, voltado para a apresentação de resultados, para o cumprimento de metas burocraticamente estabelecidas, para a “fachada” e para o aleatório.

A ambos corresponderão diferentes tipos de professores: um professor autónomo, reflexivo, interveniente e responsável, ou um professor burocratizado, comandado, dirigido em todas as vertentes do seu trabalho, lutando apenas para ver se consegue entrar em quotas administrativamente impostas. O futuro da profissão docente está, assim, posto em causa pelas propostas do Ministério da Educação. Tudo se jogará nos próximos meses, logo após o período de férias que todos merecemos – este ano ainda mais do que outros.

Começaremos o ano em luta, porque só a luta dos professores nos permitirá resistir a esta brutal ofensiva – uma luta difícil, prolongada, exigente e que não se compadece com a omissão, com o fazer de conta que não é nada connosco, que o pior só acontece aos outros.

Esclarecimento e luta serão, pois, os traços que marcarão o próximo ano lectivo. Boas férias! ▶

A luta continua



paolo pessanha

*Regime Legal do Pessoal Docente
da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário*

Conselho Nacional da Fenprof aprovou parecer sobre a proposta do ME

Reunido em Lisboa, nos dias 28 e 29 de Junho, o Conselho Nacional da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) aprovou o parecer sobre a proposta apresentada pelo Ministério da Educação para revisão do Estatuto da Carreira Docente em vigor para a Educação Pré-Escolar e os ensinos Básico e Secundário. Nas páginas seguintes, damos conta da apreciação na generalidade contida no parecer aprovado. Por limitações de espaço, não é possível transcrever a apreciação na especialidade ao projecto de diploma – chama-se, no entanto, a atenção para a importância da consulta do documento integral no *banner* da «SPN-Informação», no site do Sindicato dos Professores do Norte (www.spn.pt), ou a solicitação de uma cópia nas sedes do sindicato; por outro lado, recordamos que a proposta de Regime Legal apresentada pelo Ministério da Educação foi divulgada, na íntegra, no «Jornal da Fenprof» nº 210 (Junho/2006).

A luta por um estatuto de carreira para os profissionais docentes da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário durou cerca de duas décadas. Desde a sua constituição, a Fenprof elegeu essa exigência como prioridade. Daí que, quando foi aprovado o primeiro Estatuto da Carreira Docente (ECD), em 1989/90, o tenha considerado como um marco importante para os docentes e para o sistema educativo em geral.

ana alvim



A importância do ECD para os docentes e para o sistema educativo

Esse primeiro estatuto consagrava alguns aspectos relativamente aos quais a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) manifestou o seu desacordo. De entre esses, destacavam-se a existência de uma prova de candidatura que limitava administrativamente a progressão a meio da carreira e a não contagem integral do tempo de serviço prestado pelos educadores e professores.

Porém, o facto de, pela primeira vez, ter sido aprovado um documento com aquelas características, contendo direitos e deveres profissionais, formação de professores e educadores, avaliação do desempenho ou, mesmo, a consideração da especificidade do exercício da profissão docente – no que respeita, por exemplo, à aplicação do regime de férias, faltas e licenças, a par do reconhecimento da classe docente como um corpo especial da Administração Pública –, foi um passo importante de reconhecimento e, também, de afirmação dos profissionais docentes e da sua relevante importância social, insubstituível numa Escola Pública democrática e de qualidade.

O ECD contribuiu para que se criassem condições de estabilidade no exercício da profissão docente, reconheceu o direito dos professores a uma carreira, regulou matérias que, até então, não tinham qualquer enquadramento legal, o que se revelou de grande importância para a própria estabilidade do sistema educativo. Tivessem sido regulamentadas todas as matérias e, certamente, as consequências teriam sido ainda mais positivas.

Actual ECD resultou de consenso alcançado em 97

Durante quase dois anos, 1996/97, a Fenprof e o Ministério da Educação (ME) envolveram-se num longo e efectivo processo negocial, de que resultou a revisão do ECD.

Num primeiro momento, teve lugar um conjunto de reuniões técnicas, onde se efectuou um exaustivo levantamento aos diversos constrangimentos do próprio ECD, para, a partir daí, iniciar um processo de negociação política que terminou com um acordo celebrado entre a Federação e o ME – acordo esse que não foi absoluto.

De facto, houve aspectos que ficaram aquém das expectativas da Fenprof. Mas correspondeu a uma solução de compromisso de que resultaram benefícios importantes para os educadores e professores, de onde se destacam o fim da candidatura ao 8º escalão, a contagem integral do tempo de serviço, a valorização de todos os índices salariais e a redução do número de anos necessários para atingir o topo da carreira.

Foi um processo negocial importante, em que o ME respeitou a Fenprof, se respeitaram as regras democráticas de negociação e de que releva o acordo alcançado. Primeiro, o Decreto-Lei 1/98, e, mais tarde, o Decreto-Lei 312/99 constituem, no seu conjunto, um importante instrumento de regulação da profissão docente e do seu exercício.

Todavia, o actual ECD não foi tão abrangente nas consequências como se esperava e desejava, principalmente por não ter sido regulamentado em matérias essenciais. Foi o caso do artigo 63º, que criava incentivos à fixação em zonas isoladas ou desfavorecidas, e do artigo 49º, que consagrava mecanismos de avaliação excepcional de mérito, com reflexos positivos na carreira. Estes são apenas dois dos aspectos que nunca chegaram a ser regulamentados, apesar das propostas apresentadas pela Fenprof e da sua insistência para que tal tivesse acontecido. +

Desde que tomou posse, o Governo e o Ministério da Educação decidiram introduzir graves distorções na carreira docente, ora impondo medidas gerais aplicadas a toda a Administração Pública, ora impondo outras que apenas se aplicavam aos docentes.

A não contagem de cerca de ano e meio de serviço para efeitos de carreira (medida ainda em curso) e as alterações às condições para aposentação foram das primeiras e das mais gravosas. Outras se seguiram, designadamente as que constam do Decreto-Lei 121/2005 (designado como terceira alteração ao ECD), bem como as que vieram a ser impostas por simples despachos – os casos mais graves são os que decorrem dos despachos 16.795 e 17.387, aprovados em Agosto de 2005 –, por simples orientação dos serviços ou por complacência destes face a diversas decisões ilegítimas de algumas escolas.

Ministério toma medidas por antecipação

Propostas têm sentido negativo

Para a Fenprof, a revisão global do ECD não era, nem é, uma prioridade.

Como afirmou por diversas vezes, prioritária seria a regulamentação e a introdução de algumas correcções ao actual Estatuto. O Ministério da Educação assim não entendeu.

Em Novembro de 2005, a Fenprof disponibilizou-se para negociar novos quadros legais que corrigissem as irregularidades e ilegalidades que, já nessa altura, tinham sido criadas, mas o ministério recusou. Depois, sem a participação da Fenprof, o ME constituiu uma comissão, alegadamente para verificar o

que se passava nas escolas e propor correcções quando fosse caso disso. Tal comissão, conforme se viria a confirmar no final do ano lectivo, não teve utilidade, não desenvolveu um papel corrector de situações anómalas e a irrelevância da sua acção é de tal ordem notória que até o despacho da ministra relativo ao próximo ano lectivo, que deveria resultar das suas conclusões, foi assinado antes da divulgação do relatório final.

Em todo este período, que correspondeu, sensivelmente, ao final do ano lectivo anterior e ao que agora termina, destacou-se a atitude anti-negocial do Governo e do Ministério da Educação, em que as organizações sindicais nem sequer eram ouvidas ou, quando o eram, já as decisões tinham sido tomadas. Isto, apesar de as matérias em causa serem, pela sua natureza, de negociação obrigatória.

Também no plano jurídico, há aspectos que a Fenprof considera ilegais, principalmente por terem sido introduzidos por instrumentos legais hierarquicamente inferiores.

Medidas economicistas

Sendo este o contexto, deste ministério não se aguardava uma proposta de revisão do ECD que correspondesse aos anseios dos docentes e às necessidades das escolas e do sistema educativo. Mas, contudo, também não se esperava que as propostas apresentassem um carácter tão negativo, tão penalizador dos educadores/professores e com graves consequências para o sistema educativo.

De facto, o ME limita-se a aplicar, muitas vezes da pior forma, quadros legais como o SIADAP [*Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública*] ou resoluções políticas, designadamente as que constam no PRACE [*Programa de Reestruturação da Administra-*





ana alvim

ção Central do Estado, aprovado em Conselho de Ministros]. Outras disposições são propostas, já não por imposição desses quadros superiores, mas por corresponderem ao pensamento preconceituoso e depreciativo que a ministra da Educação tem dos educadores/professores, como tantas vezes tem expressado nas suas intervenções públicas, constituindo uma provocação e um ataque sem precedentes à sua dignidade e profissionalidade.

As propostas apresentadas pelo ME visam, essencialmente, critérios economicistas, como criar condições para a dispensa de educadores/professores ao arrepio das necessidades efectivas das escolas e do sistema educativo – engrossando o já escandaloso, por tão elevado, número de desempregados –, precarizar ainda mais as relações laborais estabelecidas entre os docentes e as escolas, criar condições para o despedimento de docentes dos quadros, disfarçado sob a capa dos “supranumerários”, impedir a progressão dos professores na carreira, tornando assim muito mais barata a sua actividade altamente especializada, criar focos de pressão, ameaça e coacção sobre os docentes e retirar-lhes direitos fundamentais, incluindo alguns que são reconhecidos aos restantes trabalhadores.

Conforme se comprometeu, a Fenprof entregou no ministério as suas propostas para a revisão do ECD. São propostas que pretendem contribuir para um estatuto de carreira e profissional que dignifique e valorize efectivamente o exercício da profissão, numa perspectiva de rigor e exigência. Fê-lo depois de verificado o teor negativo das propostas ministeriais.

Federação rejeita questões essenciais do projecto do ME

Fenprof apresentou propostas

No projecto do ME há aspectos que são claramente incompatíveis com as propostas da Fenprof, o que dificulta a apresentação de um parecer “clássico”, em que a cada artigo ou ponto se proponha retirar, acrescentar ou corrigir alguns aspectos.

Essa impossibilidade levou a Fenprof a entregar, de forma autónoma, as suas propostas. Fê-lo, também, com a intenção de reafirmar a sua disponibilidade para negociar. Disse-o na reunião realizada em 29 de Maio e reafirmou-o em 14 de Junho. Por isso, não pode deixar de contestar as declarações da ministra, quando afirmou que a Fenprof não tinha propostas para a revisão do ECD e não queria negociar. Essas afirmações não correspondem à verdade, pelo que, mais uma vez, as rejeita. Entretanto, no dia 14 de Junho, em declarações à comunicação social, soube-se de Maria

de Lurdes Rodrigues que não era intenção do ME negociar o conteúdo de todas as matérias, mas apenas os tempos e modos de aplicação de alguns aspectos.

Neste aspecto, a Fenprof considera que a revisão do ECD não deverá partir de um ponto que tenha por base as alterações avulsas já efectuadas, que subvertem o quadro legal em discussão. É preciso corrigir algumas delas antes de se avançar para a revisão – por exemplo, o tempo de serviço deverá ser considerado na íntegra no momento da transição para a nova carreira e deverão ser suspensos os despachos que impõem, ilegalmente, novas regras à carreira. +



Questões fundamentais motivam profundo desacordo

Relativamente ao projecto apresentado pelo ME, a Fenprof discorda globalmente, entendendo que ele não promoverá e, mais do que isso, impedirá que se criem as desejáveis condições de estabilidade que contribuiriam para um melhor desempenho dos docentes, um melhor funcionamento das escolas, um desenvolvimento sustentado do sistema educativo e a elevação da qualidade da Educação e do Ensino.

A opção do ME e do Governo é marcada, essencialmente, por desígnios economicistas. Todo o discurso de crítica ao actual regime de carreira e de uma alegada intenção de promover o mérito pretende apenas disfarçar o verdadeiro objectivo das propostas, que é o embaratecimento do sistema educativo, ainda que tal se reflecta negativamente na sua organização, capacidade de resposta e desempenho.

Das propostas apresentadas, caso se concretizassem, resultaria uma profissão mais instável e um

vínculo laboral mais precário e dependente das vontades das hierarquias. A introdução de pressões de todo o tipo sobre os educadores/professores não contribuiria para um melhor desempenho, bem pelo contrário, sendo inadmissível que se chegue ao ponto de propor normas que colidem mesmo com a vida pessoal dos docentes, que são também cidadãos com direitos.

São propostas regras que discriminam os educadores/professores em relação aos restantes trabalhadores, designadamente da Administração Pública, e desrespeitam-se cidadãos por serem deficientes ou portadores de uma doença que os condiciona ou incapacita para o exercício de determinadas funções.

A vontade dos actuais responsáveis do ME de acabar com o actual ECD denuncia-se, até, pela designação da proposta que apresenta: *Regime Legal da Carreira do Pessoal Docente*. Mas pior do que a designação, são alguns conteúdos das propostas, que merecem a rejeição da Fenprof (ver pág seguinte). +



ana alvim



Propostas que merecem a **rejeição da Fenprof**

A proposta apresentada pelo ME contém aspectos que correspondem a discordâncias de fundo, contra os quais a Fenprof se baterá em sede de negociação, exigindo que todas as questões estejam em aberto, sob pena de não se verificar um efectivo processo negocial. Alguns exemplos:

- **a criação de duas categorias hierarquizadas** de professores, limitando o desempenho de algumas funções a um número restrito de docentes e impedindo o acesso ao topo da carreira a mais de 80% dos educadores/professores;
- **o modelo de avaliação do desempenho**, que, além de estabelecer quotas de classificação, está completamente desenquadrado do que são as funções docentes, as suas exigências e as suas especificidades;
- **a violação de direitos fundamentais**, designadamente de maternidade e paternidade, ou o direito à protecção na doença, entre outros;
 - **a não consideração de tempo de serviço**, quer o que corresponde a este período de não contagem, quer de anos de serviço prestados sob o regime de contratação ou nos ensinos particular e cooperativo;
 - **a intensificação do regime de trabalho** dos docentes, a quem são atribuídas mais horas na componente lectiva e não lectiva;
 - **as exigências para ingresso na profissão docente**, que passam pela entrevista e acabam na possível exoneração, ainda que do designado “período probatório” resulte uma avaliação positiva;
 - **a contratação directa de docentes** à margem de qualquer processo de concurso;
 - **a não consideração das formações acrescidas**, pós-graduações ou graus académicos obtidos pelos docentes.



ana alvim

A estas propostas, a Fenprof apresenta como alternativa:

- a existência de regras claras de concurso para acesso a quadros, mas também para efeitos de contratação;
- uma carreira única, horizontal, exigente e rigorosa no que respeita aos requisitos a considerar para efeitos de progressão, designadamente no que respeita à avaliação do desempenho e à formação contínua;
- o reconhecimento, respeito e aprofundamento de direitos profissionais e de cidadania já alcançados ou ainda reclamados;
- a valorização das formações acrescidas como relevantes na qualidade do desempenho dos docentes;
- o reconhecimento da profissão docente como de elevado desgaste físico e psicológico. ▸

- Requerimento ao Tribunal Administrativo de Providência Cautelar para suspensão do Despacho nº 13.599/06, de 28 de Junho, da ministra da Educação, por ilegalidade relativamente ao Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei 1/98) e à negociação colectiva na Administração Pública (Lei 23/98).
- Apresentação de queixa na Organização Internacional do Trabalho (OIT), por violação da Lei da Negociação Colectiva da Administração Pública.
- Acompanhamento da fase de colocações referente ao concurso deste ano e eventuais acções nos planos jurídicos e/ou negociais, caso se verifiquem situações que o justifiquem e docentes interessados em avançar com os respectivos processos.

Aprovado por unanimidade no Conselho Nacional da Fenprof

Plano de acção e de lutas dos educadores e professores



- Pedido de reunião com a Ordem dos Médicos para exposição sobre a forma como as juntas médicas regionais do Ministério da Educação tratam os professores e “despacham” os casos.
- Participação na Jornada de Luta dos Trabalhadores da Administração Pública, através da distribuição de um documento à população sobre o ataque do Governo aos educadores/professores e à Escola Pública [6 de Julho – **ver pág. 12**].
- Realização de um seminário nacional sobre “A Resposta Educativa e Social da Escola Pública” Porto [10 de Julho – **ver pág. seguinte**].
- Participação na Assembleia Sindical de Representantes dos Trabalhadores, promovida pela CGTP-IN [12 de Julho].
- Concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais, no Ministério da Educação, para entrega do abaixo-assinado “Por uma Profissão Dignificada: Professores e Educadores Exigem Respeito e Negociação” [14 de Julho].



- Colocação de faixas nas capitais de distrito e em outras localidades, designadamente em zonas de férias [segunda quinzena de Julho].
- Concentração e vigília de professores de Técnicas Especiais.
- Plenário nacional de docentes contratados e desempregados [Setembro].
- Plenários e assembleias de delegados e dirigentes sindicais nas capitais de distrito [7 e 8 de Setembro].
- “Abertura Solene do Ano Lectivo” a promover pela Fenprof em escola a designar [11 de Setembro].
- “Luto Nacional da Escola” no último dia da primeira semana de aulas de 2006/07 [15 de Setembro].
- Plenário nacional de educadores/professores, descentralizado nas capitais de distrito [22 de Setembro].
- Colocação de faixas dirigidas aos professores junto às escolas [última semana de Setembro].
- Marcha Nacional dos Educadores e Professores, em defesa de uma profissão digna e valorizada [5 de Outubro, Dia Mundial dos Professores].
- Recurso à greve e a todas as formas de luta que se considerem necessárias e adequadas, de acordo com a apreciação que for feita pela Fenprof relativamente à situação negocial [a partir de Outubro]. ▶

Fenprof promoveu encontro sobre a Escola a Tempo Inteiro

Resposta de que as famílias necessitam não deve obedecer a modelo único

“Somos professores, não somos burocratas. Saibamos guardar as nossas margens de liberdade e agir e lutar no tempo oportuno!” – Paulo Sucena, a culminar a intervenção de abertura do encontro “A resposta educativa e social na Escola Pública”, realizado pela Fenprof no âmbito do Debate Nacional da sobre Educação.

A iniciativa, que decorreu no dia 10 de Julho (Biblioteca Almeida Garrett, Porto), foi dedicada à análise das diferentes concepções de escola a tempo inteiro (ETI) e proporcionou um debate vivo, com contributos de docentes de diferentes regiões do país. A sessão de abertura contou, ainda, com a participação de Joaquim Azevedo, coordenador da Comissão Organizadora do *Debate Nacional sobre Educação*, a que a Fenprof se associou desde a primeira hora – a Assembleia da República mandou o Conselho Nacional de Educação para organizar esta acção, assinalando o 20º aniversário da Lei de Bases do Sistema Educativo.

“Toda a sociedade é chamada a participar”, observou Joaquim Azevedo, chamando a atenção para a realização de estudos e audições com participação de personalidades das áreas política, científica, pedagógica, cultural e associativa.

Avaliação do projecto ETI na Madeira

De manhã, os trabalhos incluíram a apresentação da avaliação do projecto de ETI na Madeira, a cargo de Lúcia Fernandes (ex-coordenadora do Programa de Acompanhamento Regional do Sistema Educativo). A organização administrativa, a organização curricular e a ETI como medida de apoio social, marcaram a sua comunicação.

Iniciado em 1995/96, o projecto chegou a 69 estabelecimentos de ensino, onde as crianças passam 10 horas diárias, no conjunto das áreas curriculares e das actividades de enriquecimento curricular e de ocupação de tempos livres. Entre os aspectos assinalados como positivos, ressaltam a requalificação/renovação do parque escolar e dos respectivos equipamentos e a criação de “maiores oportunidades de emprego”; como aspectos negativos, foram apontados, entre outros, o elevado número de horas que as crianças passam fora de casa e o cansaço, confirmado nos inquéritos realizados: ao fim do dia, 42% das crianças sentem-se cansadas e 57,7% confirmam que gostariam de chegar mais cedo a casa...

“Fomos apanhados de surpresa”

À tarde, outra realidade esteve em destaque – a das escolas continentais, a braços com as consequências dos despachos 16.795 e 17.387, publicados em 2005.

Dessa realidade – “fomos apanhados de surpresa”, “não temos professores para cobrir os prolongamentos do 1º Ciclo”, “não há salas”, “faltam equipamentos”, “não há cantina na maior parte das escolas do Agrupamento”... – falaram professores de diferentes regiões do país, com destaque para Fernando Gonçalves (EB1/JI de Aljezur), Emília Baltazar (presidente do Executivo da EB2,3/Sec. de Vizela), Conceição Mesquita (vice-presidente do Executivo do Agrupamento Inês de Castro, em Coimbra, demissionário na sequência das declarações da ministra da Educação contra os professores) e António Quitério, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que acompanhou o processo de luta da EB1/JI do Infantado (Loures).

Política de encerramento de escolas; falta de diálogo do ministério com os parceiros sociais; fenómenos de privatização do 1º Ciclo (Educação Física, Inglês e Informática, por exemplo, são entregues às câmaras, que, por sua vez, contratualizam empresas...); recrutamento de mão-de-obra barata, em regimes mais do que precários, para assegurar as mais variadas tarefas; e as crescentes dificuldades das famílias, num contexto marcado por desemprego crescente e por uma matriz de baixos salários, difíceis condições de trabalho e horários laborais injustos – foram algumas das matérias que suscitaram outras intervenções.

A falta de estratégia para a renovação da Escola, nomeadamente da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo, esteve também no centro do debate, concluindo-se que a resposta social de que o modelo nacional único e exigindo-se a organização de que possam utilizar os diversos equipa-

as famílias necessitam não deve obedecer a um soluções multidisciplinares localizadas mentos comunitários. ▸

José Paulo Oliveira,
jornalista





Frente Comum promoveu jornada de luta da Administração Pública

Fenprof dirigiu-se aos encarregados de educação

No dia 6 de Julho, cerca de 100 mil comunicados dirigidos aos encarregados de educação foram distribuídos por todo o país. A iniciativa pretendia suscitar o seu apoio para a defesa da profissão docente, que tem vindo a ser sistematicamente maltratada e denegrida, principalmente pelo Ministério da Educação.

Os ataques que têm sido desferidos contra os trabalhadores da Administração Pública revelam um governo apostado em aniquilar direitos fundamentais ao adequado exercício dos profissionais deste sector e à satisfação de direitos fundamentais dos cidadãos, consagrados na Constituição da República Portuguesa.

A recente aprovação, em Conselho de Ministros, do processo de fusão e de extinção de serviços e o simulacro de negociação – com o afastamento compulsivo e ilegal da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública da discussão do diploma que regula a mobilidade dos trabalhadores – são sintomáticos de um poder autoritário e apostado em destruir os serviços públicos e em precarizar os vínculos laborais dos trabalhadores.

A convocação de uma Jornada de Luta da Administração Pública para o dia 6 de Julho traduziu-se, em muitos sectores, na realização de greves nacionais. Do lado dos educadores/professores, concretizou-se pela distribuição de cerca de 100.000 comunicados à população, dirigidos aos encarregados de educação.

Através deste contacto com a população, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) prosseguiu o esclarecimento da opinião pública sobre os motivos das acções e da luta que tem travado em defesa do estatuto profissional docente. Pretendia-se, por outro lado, envolver os encarregados de educação – motivando-os para a defesa de uma profissão docente valorizada e dignificada – e contrariar os sucessivos insultos e a campanha para denegrir a imagem pública dos educadores/professores, cujo principal promotor é o Ministério da Educação. ▶



Aos Encarregados de Educação

Os professores/educadores, aqueles a quem confia os seus filhos, chegam ao fim deste ano lectivo revoltados.

Foi um ano de sucessivos e inadmissíveis ataques por parte do governo e da ministra da Educação que não podem continuar. **A tentativa do governo de alteração das regras da profissão docente é brutal. Quer pagar menos e impor, a cada um, horários mais alargados e tarefas cada vez mais numerosas e que pouco têm a ver com o ser Professor ou Educador de Infância.** Este aumento do horário de trabalho vem retirando condições para que os professores tenham um desempenho adequadamente ponderado e de maior qualidade.

- Os professores e educadores também estão revoltados e indignados porque a ministra da Educação não pára de os insultar e acusar por todas as dificuldades que se vivem no sistema educativo. Chegou a atribuir-lhes a única responsabilidade pelo insucesso e pelo abandono escolar dos alunos.
- Como é possível que, intencionalmente, tente esconder as condições sociais e económicas degradantes em que vivem muitas famílias, situações, essas sim, que são as principais causas do insucesso e abandono escolar?
- Estamos certos que compreende a nossa situação. Não temos dúvidas que, como nós, quer o melhor para os alunos das escolas portuguesas. Sabemos da sua insatisfação com a acção do governo, também na área da Educação. Junte-se a nós e manifeste a sua indignação. Porque, ao contrário do que tentam fazer crer, estamos do seu lado!

A nossa luta encontra-se dia-a-dia com a sua vontade de mudança, pela Escola e pela Educação!

A autonomia dos estabelecimentos de educação e ensino é uma reivindicação antiga da Fenprof, na luta por uma Escola Pública Democrática e de Qualidade. A concretização dos projectos educativos implica que as escolas disponham de autonomia que possibilite respostas diversas e contextualizadas aos problemas específicos e diferenciados de cada comunidade educativa.

Defendendo a autonomia das escolas, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tem, no entanto, uma posição contrária à sua contratualização escola a escola, uma vez que, no actual contexto de centralização da administração educativa, as escolas estarão sempre em desvantagem na negociação destes contratos – a autonomia das escolas e as condições do seu exercício ficam, assim, dependentes da capacidade reivindicativa de cada escola e da discricionariedade da administração.

A Fenprof considera, por isso, que há outras formas de as escolas poderem construir a sua autonomia, designadamente através da aprovação de uma Lei da Autonomia para a Educação Pré-Escolar e para os ensinos Básico e Secundário em que os domínios de autonomia, depois de consensualmente delimitados, constituam referentes para todas as escolas.

Defendemos, ainda, a aprovação de uma Lei de Financiamento que determine regras universais e transparentes para a fixação dos orçamentos das escolas e incorpore um conjunto de princípios clarificadores da responsabilidade da administração perante a dotação orçamental a ser atribuída a cada escola/agrupamento da rede pública.

A autonomia das escolas é uma questão política, podendo assumir diferentes objectivos e modalidades de concretização, em função das perspectivas políticas que a sustentam – o desenvolvimento da autonomia em alguns países tem levado ao reforço da selectividade social, ao controlo das escolas por grupos de interesses, à criação de escolas separadas para minorias étnicas e religiosas, a processos pouco democráticos na selecção do pessoal, etc.

Construção e exercício da autonomia

A Fenprof espera que as escolas possam construir a sua autonomia sem pôr em causa, nomeadamente:

- a responsabilização do Estado em matéria de educação e ensino;
- a regulação da oferta pública nacional de educação e ensino;
- um sistema de recrutamento de professores que garanta equidade e transparência;
- o respeito por direitos estruturantes da profissão docente, essenciais à sua dignificação e indispensáveis ao desenvolvimento da Escola como espaço mais autónomo, livre e democrático.

Nesta perspectiva, defende que, no âmbito da sua autonomia, as escolas devem poder:

- tomar decisões curriculares, tendo em conta os contextos sociais, culturais e económicos;
- definir o seu modelo de organização, com vista ao desenvolvimento dos respectivos projectos educativos e dos processos de ensino-aprendizagem;
- definir a composição e as competências das estruturas de gestão intermédia;
- decidir sobre a organização dos espaços, tempos e número de alunos por turma;
- definir e gerir os créditos horários destinados ao desenvolvimento de projectos e ao desempenho de cargos;
- elaborar as suas regras internas de funcionamento;
- intervir na determinação dos seus orçamentos;
- assumir uma maior flexibilidade na gestão das verbas relativas às despesas correntes e de capital.

Ao invés, a Fenprof considera que a autonomia das escolas não deve implicar:

- a contratação dos docentes pelas escolas;
- a livre selecção dos alunos pelas escolas;
- a dotação global de um orçamento às escolas que inclua despesas com pessoal;
- a atribuição às escolas de personalidade jurídica para efeitos de recurso a créditos bancários, numa lógica de auto-financiamento. ▀

Autonomia sim, contratualização não



inês rangel

As férias (im)possíveis dos professores do Secundário

Neste tempo de ataque à carreira docente, este é mais um exemplo da manipulação da opinião pública, quando se pretende passar a mensagem de que os professores têm um período de férias superior ao dos outros trabalhadores.

Os professores, em particular os do Ensino Secundário, não têm, na prática, a possibilidade de gozar os dias de férias a que têm direito.

Se não vejamos:

- o encerramento do ano lectivo do Ensino Secundário tem datas diferentes para os diferentes anos de escolaridade e decorre entre 9 e 23 de Junho;
- os exames nacionais (11º e 12º anos) iniciam-se a 19 de Junho e, cumprindo a 1ª e 2ª fases, terminam a 25 de Julho;
- para além do serviço de exames (secretariado, vigilâncias, correcções e recursos), os professores são convocados para conselhos de turma de avaliação, reuniões com os encarregados de educação, serviço de matrículas e elaboração de turmas (não inclui nesta lista o grupo mais restrito que, posteriormente, elabora os horários, e que trabalha durante o mês de Agosto);
- o período autorizado para a marcação de férias nas escolas decorre, geralmente, entre 15 de Julho e 31 de Agosto.

É fácil constatar que, com todas as tarefas que os professores têm a seu cargo, é impossível gozarem na totalidade os dias de férias a que têm direito.

É que aos professores cabe não só a tarefa de avaliar os alunos que concluem o Ensino Secundário (avaliação interna e externa), como também executar todo o processo que conduz à seriação e acesso dos alunos ao Ensino Superior.

Por isso, senhora ministra, acabe, por favor, com o discurso demagógico de proclamar aos quatros ventos que os professores precisam de permanecer mais tempo na escola.

Berta Hernando,
sócia do SPN nº 1.462

Vozes ao alto

“Sou vossa associada, e sempre têm defendido os meus direitos e interesses.

Hoje fiz greve porque sou professora licenciada em 1º Ciclo do Ensino Básico, tenho tempo de serviço e sou contratada. Com as novas ideias da senhora ministra, o diploma pode não me valer de nada e ficar desempregada e deixar de fazer o que tanto gosto, que é trabalhar e observar a bonita evolução das crianças nas nossas escolas. Trabalho numa escola com 13 turmas do 1º Ciclo e fui a única professora a fazer greve. É preciso coragem. Estou convosco na luta e não fui a Lisboa, à mega-manifestação, apenas porque tenho uma filha pequena que não tinha com quem ficar à tarde. Saudações a todos que levam por diante esta luta.

Cantília Ferreira,
cantiliaferreira@gmail.com

“Na minha opinião, a greve e a manifestação foram um êxito a nível nacional, apesar de na minha escola ainda não se saber qual foi a adesão. Algumas pessoas acham que não adianta, que ninguém a tira de lá (à ministra), outros acham que só vão contribuir para ajudar o primeiro-ministro a reduzir o défice, outros tinham testes marcados (contudo houve casos de colegas que vieram dar os testes e fizeram greve)... Enfim, acho que ainda há professores que não se aperceberam do alcance das medidas! Mas é geral o sentimento de indignação. Muitos vieram de preto, no dia 14, e até tiraram fotografia. É preciso continuar! Até conseguirmos uma de duas coisas: ou o arrepio das medidas escandalosas desta ministra, ou a sua demissão. Que ela ficou furiosa, não há dúvida! Se não, não teria vindo, em desespero de causa, com o disparate de associar a greve e a Fenprof a um partido político. Pura demagogia! Eu, como muitos professores que conheço, não tenho qualquer filiação partidária, nem inclinação política para o PCP. A greve não tem nada que ver com esquerda/direita, mas sim com o sentimento generalizado de revolta e de indignação. Foi contra esta ministra, face aos seus continuados atropelos à dignidade e direitos dos professores deste país.

Não estou inscrita no SPN, mas abençoada Fenprof, que nos defende como nenhum outro sindicato! Eu diria que, hoje em dia, é a cara dos professores!”

Teresa Carvalho,
mteresac@hotmail.com

“Sou professor do Ensino Secundário e manifesto toda a minha disponibilidade para acabar de vez com a prepotência bárbara deste ministério. Es-

tu completamente disponível para o que der e vier, pois não acredito ser possível determinadas coisas que se estão a prever num futuro próximo. Refiro-me, é claro, às notícias que vieram a lume sobre o desempenho da carreira. Sinceramente, os governantes acusam comportamento infantilóide e irresponsável.”

Rolando Almeida,
rolandoa@netmadeira.com

“Estamos perante o maior ataque à classe desde o 25 de Abril! Assim, e face ao que está em causa – o fim da carreira tal como a conhecemos –, as medidas a tomar também têm de ser drásticas. Tenho navegado por vários sítios e a indignação parece-me generalizada: falta dar-lhe expressão e corpo. (...) Não nos podemos esquecer que as reformas de Frei Sócrates são feitas ‘passo a passo’, pelo que o ano passado já sofremos, este ano estamos a sofrer e para o ano ainda será pior!...”

Manuel Fontão,
mffontao@sapo.pt

“Embora não pertença a este sindicato, não posso deixar de me congratular com a vossa posição. Temos de nos unir, pois o ataque é para todos. Os professores não podem pedir apenas a acção dos sindicatos, mas estes têm um papel relevante na negociação e, sobretudo, na mobilização daqueles que não querem ver o óbvio!”

Custodia Pereira,
custodiap1@netvisao.pt

“Apenas um dia de greve?! É pouco. Se queremos vencê-los, temos que realizar greves indeterminadas. Só assim a ministra se vai embora. Vamos correr com a equipa ministerial! Estas rosas estão cheias de picos! Será que ainda há socialismo? Onde pára o Partido Socialista?”

Maria do Rosário,
mrsmmp@sapo.pt

“Sou professor. Concorro, apoio e de forma geral participo em todas as formas de luta, mas infelizmente temos de reconhecer que as greves têm tido muito pouca eficácia. É preciso encontrar formas de luta mais imaginativas e mais contundentes, nomeadamente fazer-se uma convocatória de greve durante todo o período de avaliações e pedir aos colegas que se organizem faltando à vez. Algo que já se ensaiou uma vez, há uns anos atrás. É preciso mais imaginação e mais união sindical.”

Manuel Costa,
manuel_costa2004@hotmail.com



Ensino Secundário: até quando este estado de coisas?

Rolando Silva,
Secretariado Nacional da Fenprof

paulo pessanha

Demasiadas reformas em pouco mais de uma década e medidas avulsas não estão a alterar significativamente o Ensino Secundário, que continua distorcido em relação à procura dos alunos, com predominância dos cursos científico-humanísticos, optando eles pela continuidade dos estudos. Mas a existência de exames nacionais e de *numerus clausus* no acesso ao Ensino Superior faz com que, anualmente, várias dezenas de milhar de jovens concluam efectivamente o 12º ano, sem qualquer formação específica e sem possibilidade de entrarem para a Universidade, transformando-se em mão-de-obra barata e sem qualquer qualificação. Até quando continuará este estado de coisas?

A frequência do Ensino Secundário é baixa relativamente à Europa, apresentando, a nível nacional, expressivos desvios regionais. Dos alunos que frequentam este nível, mais de 75% frequentam cursos para prosseguimento de estudos no Ensino Superior.



Atraso relativamente à Europa

Segundo dados preliminares do Ministério da Educação (ME), relativos ao ano lectivo 2004/2005, frequentavam o Ensino Secundário 345.696 alunos (82% em escolas públicas e 18% em escolas particulares).

Desses alunos, 244.904 frequentavam o ensino regular, dentro do qual a maior fatia (77,4%) estava inscrita nos cursos de prosseguimento de estudos, *gerais ou científico-humanísticos*, segundo a novel nomenclatura. Ou seja, mais de 3/4 do total de inscritos no Ensino Secundário regular pretendiam, fundamentalmente, continuar os estudos de acesso ao Ensino Superior.

A outra alternativa do ensino regular (*cursos tecnológicos*) tinha 55.337 alunos inscritos, correspondendo a uma taxa de 22,6%. De resto, o Ensino Recorrente tinha 64.824 inscritos, o Profissional 33.131, o Artístico Especializado 2.317 e o Qualificante 520.

Se somarmos o conjunto dos alunos matriculados nos cursos alternativos ao ensino regular e os dos cursos tecnológicos, verificamos que o conjunto de todas essas opções não excede em mais de uma ou duas décimas percentuais os 45% do total dos alunos inscritos no Ensino Secundário.

Esta é a primeira distorção do sistema educativo, no que se refere ao Ensino Secundário. O excesso de procura dos cursos gerais, que dão apenas uma formação genérica e o acesso ao prosseguimento de estudos, mas não uma formação tecnológica ou especializada, falhando no seu objectivo fundamental de qualificação dos recursos humanos através da formação e certificação de quadros de nível médio.

Desvios nacionais e regionais

Por outro lado, a taxa de frequência do nosso Ensino Secundário é muito baixa em relação aos países europeus. Os dados disponíveis (censo de 2001), apesar de indicarem uma significativa melhoria relativamente ao decénio anterior, apontavam uma percentagem de população entre os 18-24 anos que já não se encontrava a frequentar qualquer grau de ensino e que não possuía o Ensino Secundário completo da ordem dos 45%, contra os 19% da média da União Europeia dos 15.

Os números de 1999, da Europa, davam uma percentagem média de 71% dos jovens entre os 25-29 anos com o Ensino Secundário completo, enquanto entre os 30-39 esses



paulo pessanha

números baixavam para 67%. Em Portugal, os valores registados para os mesmos grupos etários eram, respectivamente, de 42% e 29%. Tais discrepâncias devem-se a que, praticamente, a grande maioria dos países europeus começaram a investir na massificação da educação há 50 anos (os nórdicos, há cerca de 100), enquanto em Portugal temos apenas 30 anos dessa opção. Por outro lado, a grande maioria desses países já prolongou a sua escolaridade obrigatória para os 11 ou 12 anos, enquanto Portugal ainda não consegue cumprir a 100% os 9 anos, que só foram implementados a partir dos anos 90 do século passado.

Se as taxas de abandono de 2001 revelaram grandes progressos em relação ao decénio anterior (na população entre 10-15 anos desceu de 12,5%, em 1991, para 2,7%, em 2001), mesmo assim, continuou a assumir desvios regionais significativos, particularmente nas regiões do Tâmega e do Douro, nomeadamente nos concelhos de Mondim de Basto, Resende, Mesão Frio, Cinfães e Marco de Canaveses, onde, segundo os dados do ME, pelo menos 8% das crianças em idade da escolaridade obrigatória de 9 anos não tinham concluído o 3º Ciclo, nem se encontravam já a frequentar a escola há 5 anos atrás.

Quanto às taxas de saída antecipada do sistema educativo, nessa mesma altura, aproximadamente 1/4 da população residente no Continente, entre 18-24 anos, não tinha concluído o 3º Ciclo nem se encontrava já a frequentar a escola, verificando-se os melhores resultados nas regiões de Lisboa e do Centro, sendo novamente no Norte (região do Tâmega, particularmente nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras, Cinfães e Baião) que se verificavam os piores resultados, com cerca de metade da população dessa faixa etária a abandonar a escola sem ter concluído o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Mesmo com estes números respeitantes aos 9 anos de escolaridade obrigatória, estima-se que mais de 80% da população em idade escolar correspondente ao nosso Ensino Secundário frequente a escola, o que significa valores que se aproximam da actual média europeia, na casa dos 90%.

O peso dos exames

Quanto à questão da retenção, ela assumia, no Ensino Básico, os seus pontos críticos nos 2º, 5º e 7º anos, revelando maiores dificuldades dos alunos após a passagem de cada ciclo. No Ensino Secundário, ela é particularmente significativa nos 10º e 12º anos, a que não será certamente alheia, em relação a este último ano, a existência dos exames nacionais no último ano deste ciclo. Esta situação poderá, ou não, ser modificada, a partir deste ano, com a introdução da dispersão dos exames pelos dois últimos anos deste ciclo, em vez de se concentrarem, como actualmente, no último.

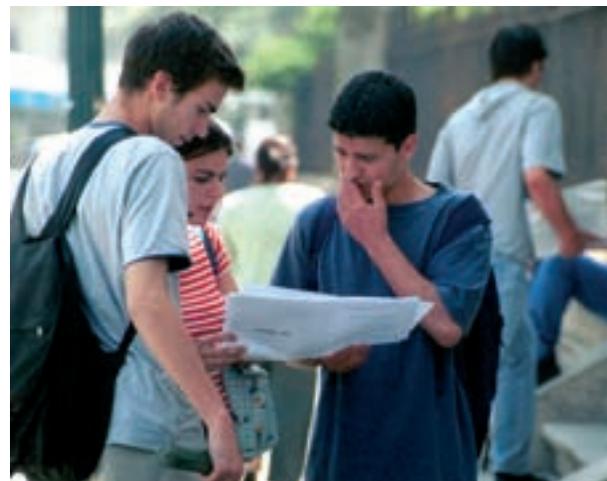
Contudo, dado que o peso do exame na componente da classificação interna do aluno continua a representar 30% da classificação final das disciplinas, o aproveitamento no Ensino Secundário apresentava (2001) taxas de aproveitamento e de conclusões de 63%, embora com variações regionais com algum significado, sendo em alguns concelhos (Nisa, Batalha e Viana do Alentejo) superior a este valor em 20 pontos, e uma concentração de melhores resultados na região Centro. Especificamente em relação a estes valores, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto não se destacavam positivamente, e ainda existia um número algo significativo de alguns concelhos sem oferta de Ensino Secundário (30). Os piores resultados, abaixo dos 60% de aproveitamento, registavam-se no Algarve, Cova da Beira e Alentejo Litoral.

A possibilidade de conclusão do 12º ano sem a realização de exames, que o último governo introduziu para todos os cursos do Ensino Secundário, com excepção dos científico-humanísticos, irá, provavelmente, melhorar os dados estatísticos, embora sem grande significado, dado o peso menor que estas opções têm na procura dos alunos. +

No curto espaço de pouco mais do que uma década (de finais de 80 e princípios de 90 aos primeiros anos do novo século) fizeram-se duas reformas curriculares que, por um lado, não parecem ter trazido nenhuma mudança de fundo ao actual sistema do Ensino Secundário e, por outro, não diferenciam substantivamente a lógica “reformista” dos diferentes governos (PS e PSD) que as protagonizaram.

Entre a concepção e a execução da “reforma” de Roberto Carneiro e da que foi inicialmente protagonizada pelos vários ministros da Educação dos governos de António Guterres, não há mudanças estruturais significativas – exceptuando as que dizem respeito ao número e designação dos cursos gerais e tecnológicos –, não se fazendo qualquer reestruturação de fundo deste ciclo de ensino que pudesse corrigir as distorções da procura dos alunos, nem quanto ao seu carácter elitista e selectivo, agravado pelo crescente tratamento empoado que foi dado aos exames e aos resultados escolares, com a elaboração de *rankings*, que nada trouxeram de significativo à questão da avaliação dos alunos. Nem sequer se pode dizer que a introdução mais generalizada dos blocos de 90 minutos tenha sido propriamente uma novidade.

Continua o sistema do “2 em 1”, ou seja, os exames do Secundário com dupla função de ajustamento da classificação interna de frequência e de pré-selecção para ingresso no Ensino Superior. A única alteração é a diminuição do seu número, de 5 para 4, e a sua distribuição pelos dois últimos anos (11º e 12º), em vez de se concentrarem apenas no último.



Reformas e alterações inconsequentes

Mas esta última alteração acaba por ser um “presente envenenado” para os alunos, pois se, por um lado, elimina o stresse de fazer 5 provas decisivas em pouco mais de duas semanas, pelo outro, vai aumentar o conjunto das matérias objecto de avaliação: as disciplinas bienais e trienais vão ter exames em que os programas dos vários anos serão objecto de avaliação sumativa externa, ao contrário do que sucede este ano pela última vez, onde apenas o programa do último ano era avaliado. Veremos se os resultados dos exames deste ano, que estão a ser feitos pelos alunos do 11º ano nas bienais, agravarão ou não as já habitualmente baixas classificações nos exames do Secundário...

De qualquer forma, só o efectivo lançamento e cumprimento de uma escolaridade obrigatória de 12 anos, com um ciclo trienal de Secundário – que já foi hipoteticamente avançada algumas vezes, mas que necessita de uma prévia consolidação no cumprimento dos 9 anos de escolaridade básica (particularmente no 3º ciclo, onde ainda persistem elevadas taxas de abandono e insucesso) –, é que poderia mudar alguma coisa da actual realidade existente, sendo ainda necessário proceder a uma valorização e dignificação dos cursos tecnológicos, para que pudessem ser uma opção credível na procura dos alunos, o que continua a não suceder.

Medidas avulsas e débeis

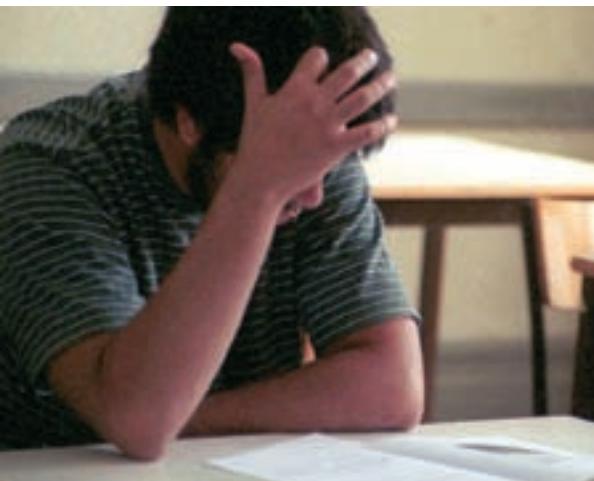
Mas será por este caminho de investimento e alargamento do Ensino Secundário que o actual governo e a actual ministra da Educação pretendem enveredar?

Já todos percebemos que a lógica governamental e ministerial é a do completo desinvestimento e desincentivo da expansão e consolidação do nosso débil sistema educativo dos ensinos Básico e Secundário públicos.

O economicismo reinante, as tentativas canhestras de transformar tempos não lectivos da actividade docente em tempos lectivos não remunerados, o “assassinato” a frio das profissões do sector e a demagogia da ocupação integral dos alunos – que, para além de uma carga curricular extensa, ainda podem vir a ter que suportar actividades obrigatórias para as quais não sintam a mínima motivação, e que basicamente serve para a tranquilidade dos encarregados de educação quando estão ocupados nos seus empregos – parecem prevalecer sobre a lógica da necessidade de investir na qualificação profissional das dezenas de milhar de alunos que todos os anos abandonam o Secundário sem qualquer formação específica e sem continuarem os estudos, constituindo uma massa de reserva de mão-de-obra pouco qualificada e barata.

Do que se vê, apenas se sente que não há, para além de medidas avulsas pouco significativas, umas débeis tentativas de melhorar as estatísticas da frequência escolar dos alunos e do aproveitamento dos fundos europeus, na introdução de cursos profissionais, que poderão melhorar a qualificação de um número de alunos, mas cujo significado real, em termos quantitativos, ainda não se pode avaliar neste momento. Mas isso não significará o fim dos cursos tecnológicos, ou uma procura deles por um número cada vez mais residual de alunos?

E se é assim, quem esperava que os cursos tecnológicos assumissem uma dignidade idêntica à dos científico-humanísticos, não deverá sentir como uma machadada a eliminação dos exames, que – com excepção dos alunos que pretendem continuar estudos – apenas melhorará as estatísticas de conclusão do Secundário, mas, paralelamente, confirmará inexoravelmente o rótulo de cursos de segunda escolha, mesmo para os alunos que sintam uma opção vocacional muito mais tecnológica do que teórica?



paulo pessanha



Haverá outro caminho que não o investimento?

Os desígnios neoliberais do Governo têm concentrado os seus ataques na destruição do Estado social que se foi construindo nos últimos 30 anos, particularmente nas áreas da Saúde e da Educação.

A lógica do encerramento de hospitais e valências hospitalares, de postos médicos e centros de saúde, levará a uma outra lógica que não seja a destruição do Serviço Nacional de Saúde – que já foi considerado um dos melhores do mundo, em termos de saúde pública –, levando ao avanço da medicina privada de carácter lucrativo e à diminuição da qualidade de vida e de saúde de uma população envelhecida e economicamente débil?

E a lógica do encerramento de milhares de escolas, de desvalorização da carreira e da função profissional docente, com as respectivas implicações remuneratórias, o prolongamento da carreira nas actuais condições de trabalho e de clima, potencialmente cada vez mais violento nos estabelecimentos de ensino, particularmente dos ensinos Básico e Secundário, levará a outro rumo que não à expansão das escolas particulares, generosamente subsidiadas pelo Estado com o dinheiro dos contribuintes, para que os filhos dos que são mais iguais as possam “democraticamente” frequentar, enquanto os outros continuarão numa escola pública cada vez mais violenta e com menos sucesso?

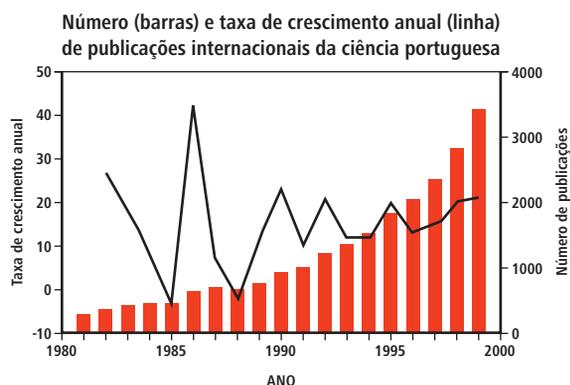
Como é possível que as negociações entre o Poder Central e as autarquias para a transferência de competências e verbas para a municipalização de parte do Ensino Básico se arrastem por tanto tempo, avançando-se primeiro com a decisão de encerrar escolas e só depois com a procura de soluções para remediar essa situação?

Como é possível melhorar a qualidade do ensino e das aprendizagens, humilhando pública e generalizadamente a profissão docente, em vez de optar por uma linha de rumo que valorize a escola e a sua função primordial de preparação para um futuro de qualificação e de cidadania? Para inverter a actual situação de crescimento económico em impasse, haverá outro caminho que não o investimento na qualificação da maior riqueza de que o país dispõe, que é a qualificação dos seus trabalhadores? Mesmo que esses resultados só se façam sentir a médio prazo?... ▶



Investigação científica em Portugal: um dispendioso jogo a feijões

A velha desculpa nacional da falta de condições não pode sempre ser invocada para justificar um enorme atraso do nosso país na rentabilização da sua investigação científica, atraso esse mensurável pelo número muito baixo de patentes efectuadas.



O gráfico aqui reproduzido mostra que existe uma baixa correlação entre o investimento e a produção de I&D [*investigação e desenvolvimento*], neste caso expressa pelo número de publicações⁽¹⁾.

De facto, não basta juntar dinheiro em cima das universidades para com isso garantir um programa útil de investigação. E quando dizemos útil, queremos dizer capaz de originar algum retorno do investimento social efectuado, o que não se mede exactamente pelo número de publicações, mas por outros indicadores, de que o número de patentes poderá ser uma primeira aproximação. Não se pretende com isto defender que o aumento da produtividade da investigação nacional se deva conseguir à custa de um afunilamento dos incentivos à investigação tecnológica ou aplicada. Como refere Luís de Magalhães⁽²⁾, “cerca de 2/3 da base de conhecimento citado em patentes é de investigação científica básica, apenas cerca de 1/4 é de investigação científica aplicada ou investigação básica orientada, e menos de 9% é de ciência da engenharia ou tecnologia aplicada”.

O investimento tem de ser feito criteriosamente, identificando as debilidades do sistema e tentando eliminá-las.

Os custos da inactividade

Imaginemos uma fábrica com as suas instalações produtivas dotadas de maquinaria e um quadro variado de pessoal.

Após meses de inactividade produtiva, surge uma possibilidade de uma encomenda; o cliente é difícil e exige um caderno de encargos minucioso, tão burocrático que por vezes os elementos administrativos ofuscam a descrição

José Cavalheiro *,
Faculdade de Engenharia
da Universidade do Porto

e os méritos do produto a propor. Parte da estrutura da empresa vai ser intensamente mobilizada para preparar uma proposta.

Seguem-se longos meses de silêncio total do cliente e depois a encomenda é aprovada. Descobre-se, então, que muitas das máquinas não têm operador, e que alguns dos bons funcionários disponíveis meses atrás já abandonaram a empresa. Alguns tarefeiros recém-contratados vão tentar operar o equipamento essencial, gastando parte do tempo a aprender o seu funcionamento. Com atraso, e de forma incompleta, a entrega da encomenda é efectuada.

Surge, então, novo problema – o cliente tarda a pagar e inventa os mais variados subterfúgios para devolver as facturas.

Quando tudo finalmente termina, os tarefeiros vão embora, as máquinas cobrem-se de pó e tudo volta ao princípio.



ana alvim

Continuidade e produtividade

O processo actual de investigação nas universidades, onde se produz grande parte da nossa investigação, corresponde à descrição anterior. Sem assegurar um mecanismo de continuidade, nunca será possível garantir bons níveis de eficiência e produtividade.

A inexistência de apoio à carreira dos técnicos de investigação nas universidades origina uma baixa taxa de utilização dos equipamentos, muitas vezes a sua frequente paragem devido a erros de operação ou falhas de manutenção. E, não raro, a sua completa desactualização ainda com pouco uso.

Valorizar e aproveitar o que temos é o primeiro passo a dar, pois sem rentabilizar instalações e equipamento existente não faz sentido pensar em novas frentes de investimento.

A criação de uma rede de serviços laboratoriais em que a garantia do acesso a determinado equipamento por investigadores externos fosse compensada pela atribuição de técnicos de investigação a esses laboratórios, poderia ser uma solução. Em muitos casos, o mesmo técnico poderia repartir a sua actividade, de forma programada por vários laboratórios. Esta seria uma forma simples de empregar doutorados, facilitar o trabalho nos laboratórios e aumentar a produtividade da investigação.

Investir e não rentabilizar

Ignorar o problema da carreira técnica, investindo simplesmente em bolsas e equipamento, é continuar a despejar dinheiro no deserto.

Façam-se as contas do que se “poupa” por ter equipamento sofisticado sem operadores permanentes, isto é, divida-se a amortização dos mesmos e dos respectivos espaços pelo número de horas de trabalho efectivo – concluiremos que temos uma investigação de luxo e que teses de mestrado ou doutoramento a custos reais representam uma fortuna.

Se fizermos contas e não continuarmos a jogar a feijões, concluiremos que, como diz o ditado, “quem encontrou sem muito procurar, é porque muito procurou sem encontrar”, e isso é difícil de acontecer em laboratórios parados. ▀

(1) Adelino V.M. Canário:

A peculiaridade da investigação científica Portuguesa
(http://w3.ualg.pt/~acanario/a_peculiaridade_da_investigacao_.htm)

(2) Luís Magalhães:

Seminários sobre Inovação Ciência e Tecnologia
(<http://www.math.ist.utl.pt/~lmagal/SInovSum.htm>)

* Subtítulos da responsabilidade da Redacção

JUNHO

- 20. Reunião Fenprof/Ministério da Educação, com vista à negociação do projecto de despacho sobre créditos sindicais
- 23. Reunião do Secretariado Nacional da Fenprof, Porto
- 23. Conclusão das negociações Fenprof/ME sobre o ensino português no estrangeiro
- 26. Reunião da Comissão Executiva do SPN, Porto
- 27. Entrega do abaixo-assinado “*Exigimos uma Escola Inclusiva*”, relativo à Educação Especial, no Ministério da Educação
- 29. Reunião Frente Comum/secretário de Estado da Administração Pública sobre reorganização dos serviços públicos, racionalização de efectivos e regime comum de mobilidade entre serviços
- 29. Apresentação de uma providência cautelar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, sobre a norma que determina a abertura do concurso para a contratação de professores para o ensino português no estrangeiro

JULHO

- 04. Reunião dos departamentos dos ensinos Básico e Secundário do SPN, Porto
- 05. Reunião SPN/Direcção Regional de Educação do Norte, sobre as questões da rede escolar
- 06. Participação na Jornada de Luta da Administração Pública (greve em diversos sectores) – Fenprof distribuiu um comunicado à população sobre o ataque do Governo aos professores e à Escola Pública
- 06. Reunião Fenprof/ME, com vista à negociação do projecto de despacho sobre créditos sindicais
- 10. Seminário da Fenprof sobre “*A Resposta Educativa e Social da Escola Pública*”, Porto
- 12. Assembleia Sindical de Representantes dos Trabalhadores (CGTP-IN), Lisboa
- 14. Concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais para entrega do abaixo-assinado “*Por uma profissão dignificada: professores e educadores exigem respeito e negociação*”, no Ministério da Educação

consultório jurídico

Horários semanais e serviço docente

Em 28 de Junho foi publicado o Despacho nº 13.599/06, que estabelece regras e princípios orientadores a observar na elaboração dos horários semanais dos docentes, bem como na distribuição do serviço docente. Define, ainda, orientações a observar na programação e execução das actividades educativas necessárias à plena ocupação dos alunos dos ensinos Básico e Secundário durante o período de permanência no estabelecimento.

Relativamente à organização do horário de trabalho, o referido despacho obriga ao registo da totalidade das horas lectivas e não lectivas, à excepção da componente não lectiva destinada a trabalho individual e a participação em reuniões de natureza pedagógica.

Na componente não lectiva de estabelecimento são obrigatoriamente incluídas:

- a) o número de horas que o agrupamento/escola estipulou para cada docente como componente não lectiva de estabelecimento;
- b) o número de horas correspondentes à redução da componente lectiva, ao abrigo do artigo 79º do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

O número de horas previstas na alínea a) é da competência dos órgãos de gestão e administração dos estabelecimentos de ensino, garantindo um mínimo de uma hora.

O despacho identifica um conjunto de actividades a desenvolver na componente não lectiva a nível de estabelecimento.

O exercício de cargos de natureza pedagógica é prioritariamente efectuado nas horas de redução da componente lectiva prevista no referido artigo 79º do ECD ou nas horas da componente não lectiva de estabelecimento.

Só os cargos de director de turma do ensino diurno, de delegado à profissionalização e de responsável por grupo/equipa do desporto escolar dão direito a redução de horas da componente lectiva. ▶

índice de legislação · junho

I Série A

20. Decreto-lei 117/06

Define a transição do regime obrigatório de protecção social aplicável aos funcionários públicos para o regime geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem.

I Série B

09. Despacho Normativo 35/06

Determina o pagamento aos professores classificadores, relatores e especialistas das provas de exame de 2005/06.

20. Decreto Regulamentar 6/06

[Conselho de Ministros] Adapta o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) à Administração Local.

II Série

02. Aviso 6.357/06

Publicitação das listas definitivas dos ensinos Básico e Secundário.

05. Despacho Conjunto 449/06

Cria centros de reconhecimento, validação e certificação de competências promovidos por entidades acreditadas.

07. Aviso 16/06/M

Concurso de educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário

para o ano escolar 2006/07 – listas ordenadas provisórias.

16. Despacho 12.591/06

Regulamenta o acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino do Inglês nos 3º e 4º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

20. Despacho 12.798/06

Prevê a adequação até ao final do ano lectivo 2007/08 dos cursos que os estabelecimentos de Ensino Superior se encontram a ministrar e os graus que estão autorizados a conferir à nova organização decorrente do “Processo de Bolonha”.

23. Aviso 7.062/06

Abertura de concurso de pessoal docente para o exercício de funções docentes do ensino português no estrangeiro para o ano escolar 2006/07.

27. Despacho 13.468/06

Renovação de matrícula dos alunos dos ensinos Básico e Secundário.

28. Despacho 13.599/06

Estabelece os princípios gerais de organização do horário de trabalho para o ano escolar 2006/07.

Área Sindical de Bragança

Finalmente instalações condignas

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) inaugurou a sua nova sede em Bragança. Um espaço novo que vai ao encontro de antigos anseios dos associados brigantinos, onde as barreiras arquitectónicas para os deficientes – uma das lacunas da anterior sede – foram ultrapassadas.

A nova sede é composta pela recepção, um gabinete, uma sala de reuniões e um local onde está armazenado o arquivo. A sala de reuniões é o espaço mais amplo, equipado para receber 30 pessoas sentadas e com uma dezena de pontos de ligação à Internet, o que vai possibilitar uma resposta mais adequada em próximos concursos.

Num dia de festa, foi com preocupação que mais de 150 educadores e professores participaram num seminário que teve como pano de fundo a proposta do Ministério da Educação para alterar o Estatuto da Carreira Docente e onde ficou claro que este documento frustra as expectativas de grande número de docentes que depositaram esperança no governo de José Sócrates.

Ao final da tarde, os docentes fizeram uma viagem de sonho, percorrendo algumas obras da literatura portuguesa, num recital de poesia que teve como protagonista o actor portuense Pedro Lamares.

Para os docentes brigantinos, este é mais um passo importante numa caminhada solidária em defesa e dignificação da classe – algo que o SPN tem assumido como bandeira desde o dia da sua fundação.

Histórias do sindicato em Bragança, desde a implantação – com a primeira sede a ser partilhada num espaço cedido pela União de Sindicatos de Bragança – até 2006 – quando se assume como a organização sindical mais representativa dos docentes brigantinos, com um índice de sindicalização a rondar os 40%, muito além da média nacional de sindicalização –, foram momentos relembrados com alguma nostalgia. ▶

José Domingues



spn bragança

Aposentados do SPN foram à Grécia



A exemplo de anos anteriores, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) organizou uma viagem para os sócios aposentados e respectivos familiares. Desta vez, o destino foi a Grécia, e os 35 participantes acharam o roteiro belíssimo.

Tivemos oportunidade de admirar as ruínas de Atenas (com a sua Acrópole e o Partenon), bem como das cidades de Mycenae, Olímpia e Delfos. Neste trajecto de Atenas e Peloponeso, não podemos esquecer as abadias cristãs-ortodoxas de S. Natário, Santo André e Ossos Lucas, no seu estilo bizantino.

O cruzeiro pelas ilhas gregas foi, também ele, um encanto. Visitámos Myconos, com as suas casas brancas e cúbicas, Rodes (sem Colosso, mas com as maravilhosas muralhas e palácios) e Patmos, cheia de arte bizantina.

A viagem terminou na Turquia, com uma visita à cidade greco-romana de Éfeso, onde pudemos admirar o Odeon, a Biblioteca de Celso, o templo de Adriano, o teatro...

Enfim, uma viagem para recordar. ▶

“Ex.mos Senhores, esta é a carta que tenho enviado todos os dias à ministra da Educação. Espero da V/ parte a atenção que ela deve merecer. Eu sou só um exemplo; como devem saber, há muitos casos similares ao meu”.

À luz deste estatuto, nunca serei bom professor

Eduardo Costa,
eduardosadacosta@portugalmail.pt

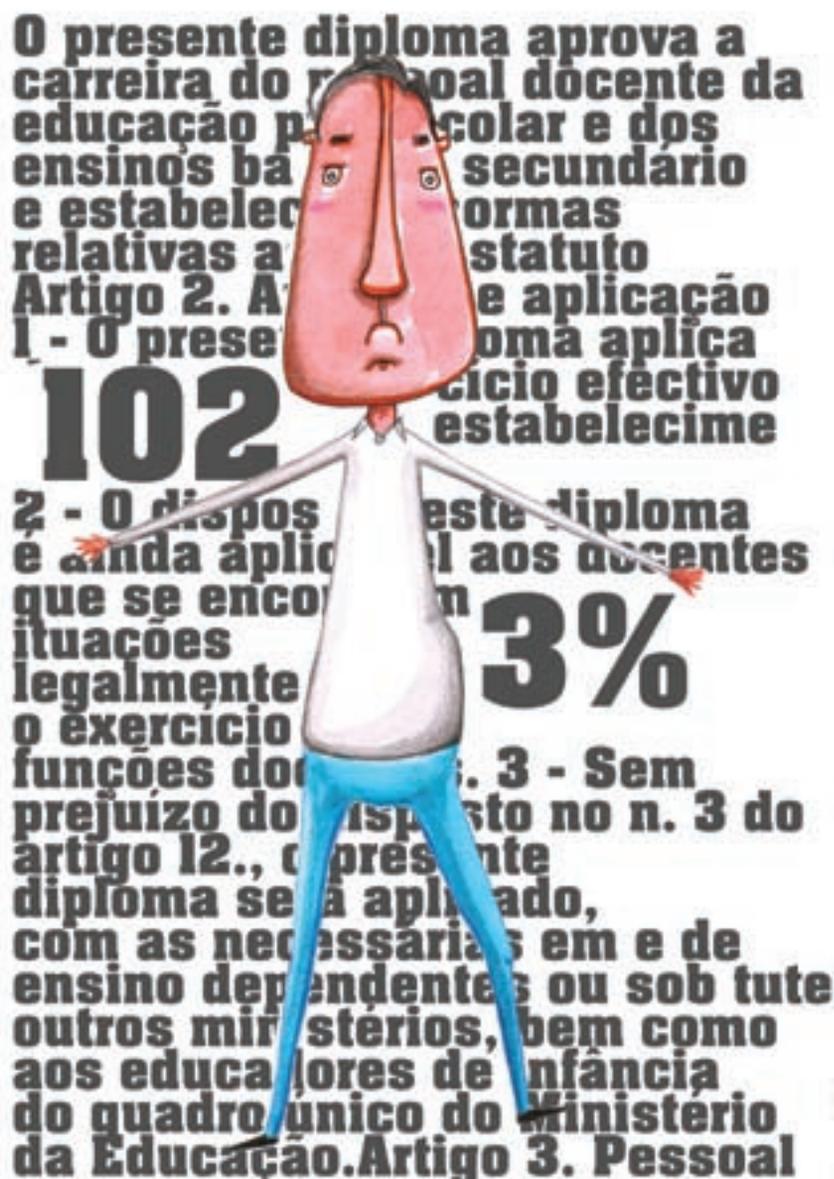


ilustração pedro lino / isto é

“Ex.ma Senhora Ministra da Educação:

Eu sou professor da EB2,3 de Tadmim. Sou bom professor. Gosto muito do que faço, pois estudei a minha vida toda para trabalhar no que é a minha paixão. Em relação ao Estatuto da Carreira Docente há muito a dizer. Apesar de me parecer haver inflexibilidade da parte de V.ª Ex.ª vou focar apenas dois aspectos, que espero que sejam tratados apenas com justiça.

Uma das grandes mensagens de V.ª Ex.ª tem sido premiar os bons professores. Com a divisão entre os professores titulares e os não titulares está a contrariar esse princípio, pois, com o sistema de quotas pretendido, os professores não titulares nunca chegarão a ser titulares, o que é profundamente injusto. Penso que com esta divisão os professores não titulares nunca irão ser considerados (efectivamente) e premiados como bons professores.

O segundo aspecto que vou focar, e que me faz escrever a V.ª Ex.ª tem a ver com o regime de faltas (os tais 3%). Devo esclarecer que não sou um professor que falte muito – este ano lectivo faltei 4 dias justificados com atestado médico e dois por conta do período de férias (artigo 102).

Os 4 dias que faltei com atestado médico foram por ter ido com a minha mãe – o meu pai já faleceu – às consultas ao Hospital de Stª Maria. A minha mãe sofre da doença de Alzheimer. Está ainda na fase inicial, mas quando precisar de ir mais vezes às consultas, o que faço? V.ª Ex.ª, com este estatuto, diz-me que, para ser bom professor, eu tenho de abandonar a minha mãe, o que é profundamente desumano!

As faltas estão justificadas, mas depois entram na contabilidade dos 3%. Nunca irei abandonar a minha Mãe! Se o custo for não ser considerado bom professor (que sou), então terei de viver com isso!

V.ª Ex.ª é filha e penso que compreenderá isto. V.ª Ex.ª também faria o que faço (e farei) pela minha mãe. A minha mãe, daqui a algum tempo, não me vai conhecer. Abandono-a?

Ainda dentro deste assunto (3%), devo informá-la que tenho um filho com 3 anos. Não sei se V.ª Ex.ª tem filhos, mas deve saber que, também por estar em contacto com outras crianças, uma criança fica doente com muita facilidade!

Com este estatuto, V.ª Ex.ª diz-me que, para ser bom professor, eu tenho de abandonar o meu filho! E isto é incrivelmente desumano!

A minha esposa ganha 500 euros/mês numa empresa privada. Se começar a faltar para dar assistência ao filho, ela é despedida – é este o país que temos, e que deve conhecer!

Eu, infelizmente, à luz deste estatuto, nunca vou ser considerado bom professor – que o sou, não tenha dúvidas quanto a isto!

Sem mais, subscrevo-me com elevada consideração e na esperança de que os assuntos que tratei aqui sejam tratados também com elevação.

Obrigado!” ▶



A saga dos relatórios

“Sou professora de Educação Especial e sócia do Sindicato dos Professores do Norte. Junto envio uma carta anteriormente remetida à Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), a propósito da confusão instalada no envio dos relatórios de alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Se possível gostava que a publicassem no nosso jornal”.

“Sou professora de educação especial e realizei, tal como a DREN ordenou, 23 relatórios individuais dos alunos que acompanho pelo modelo antigo.

No dia 30 de Maio, quando me preparava para os enviar à ECAE da minha área, recebi a informação para não os enviar pois iriam ser realizados via internet. Recebi a password no dia 5 de Junho e marquei reunião com as colegas de núcleo para acedermos e verificarmos o tipo de relatório para o dia 6, à tarde. Após 3 horas na internet, ainda não tínhamos conseguido ver um relatório até ao fim, pois dava sempre erro. A partir daí, foi o martírio que todos conhecemos.

Conseguí realizar 3 relatórios no dia 15 de Junho (feriado), em casa, e logo bloqueou novamente. No dia 16, liguei para a DGIDC, e as respostas foram simplesmente evasivas, ninguém sabia o que ia acontecer. Na semana seguinte, recebi a comunicação do meu coordenador de ECAE de que o prazo se iria prolongar até ao dia 30 de Junho. A esperança ressurgiu – o sistema, pensamos nós, teria sido revisto e iria ser agora mais fácil aceder.

Puro engano – o tormento recomeçou: todos os momentos livres deixaram de existir, na tentativa de elaborar os referidos relatórios, às vezes até altas horas da manhã e... Nada!

Eis que surge um dia de tremenda sorte e, numa tarde inspirada, consigo de uma só vez realizar 10 relatórios. É agora, pensei, antes que durma, vou realizá-los todos. Puro engano, novamente... A amaldiçoada mensagem surge no monitor: sistema em sobrecarga, tente mais tarde.

E tentei, juro que tentei muitas e várias vezes, mas nada...

No dia 28, às 17 horas, consegui aceder após mais 3 horas de tentativas. A esperança reacendeu-se, mas por pouco tempo: fiz um e fiz o segundo cinco vezes, o qual foi sempre anulado...

Confesso, proferi a frase: só podem estar a brincar connosco! À noite, três colegas telefonam-me, uma das quais de Lisboa – o filme era exactamente igual. Uma delas tinha estado até às 3 da manhã e ... Nada!

No dia 29, tentei de novo – como era dia de S. Pedro, quem sabe!!! –, mas novamente... Nada!

No dia 30, último dia, chego à escola (10 horas), ligo o computador, insiro login/password, aparece a lista de relatórios elaborados, igual à visionada no dia anterior, às 14 horas – ninguém mais tinha conseguido aceder...

Mesmo assim, tento na mesma. E, claro... Nada!

Resta-me apenas perguntar: o que se passa afinal? E se não conseguirmos, o que devemos fazer?

Perante este panorama, só me resta concluir que, tendo em atenção o número de vagas para Quadro de Escola destinadas ao grupo de Educação Especial, quem elaborou o programa não imaginava que em Portugal existia um número tão significativo de alunos com NEE a serem acompanhados!!!

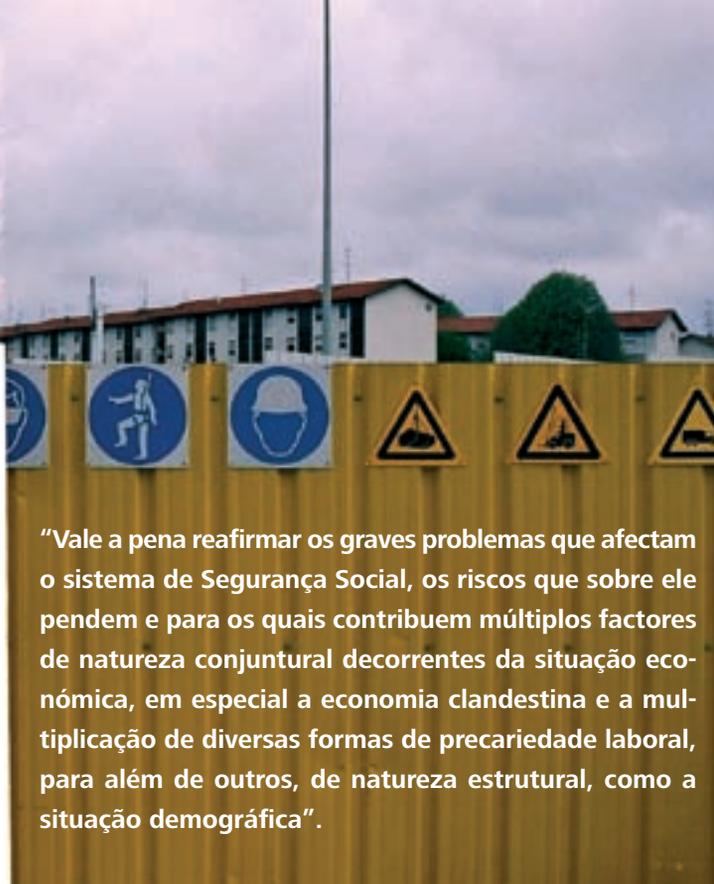
Um pedido de desculpas é, em minha opinião, o mínimo que se espera.

Grata pela atenção dispensada”. ▶

Aida M. R. Pereira,
sócia do SPN nº 14.411



O Governo e a reforma da Segurança Social



“Vale a pena reafirmar os graves problemas que afectam o sistema de Segurança Social, os riscos que sobre ele pendem e para os quais contribuem múltiplos factores de natureza conjuntural decorrentes da situação económica, em especial a economia clandestina e a multiplicação de diversas formas de precariedade laboral, para além de outros, de natureza estrutural, como a situação demográfica”.

joão respiga

José Paulo Oliveira,
jornalista

A mensagem acima transcrita foi destacada durante a conferência de imprensa que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) promoveu para divulgar a sua posição sobre o documento relativo à reforma da Segurança Social, apresentado pelo Governo em meados de Junho.

Embora o *novo* texto seja “mais explícito do que o anterior”, a CGTP considera que “a maior parte das medidas avançadas continuam a ter contornos muito vagos e imprecisos, impedindo uma apreciação conclusiva”. Neste contexto, a central sindical “reserva uma tomada de posição mais completa para uma fase de maior clarificação e objectivação das alterações a introduzir”, salientando que estão em jogo medidas “com enormes implicações de carácter social e com reflexos profundos na vida de todos os cidadãos” e que “devem ser objecto de discussão alargada”.

Realçando que teve a preocupação de apresentar um conjunto de “propostas sérias no âmbito da sustentabilidade financeira e dos sistemas de financiamento da segurança social, como o demonstram as negociações do Acordo de Modernização celebrado em 2001”, a CGTP considera que nenhum Governo se ocupou seriamente do problema e que agora, subitamente, se pretende mudar tudo de uma vez, de forma radical, sem muita reflexão e exclusivamente à custa dos direitos dos trabalhadores e dos beneficiários do sistema, sem que aqueles que indevidamente se aproveitaram dele – designadamente as entidades patronais – sejam chamados a assumir a sua quota-parte de responsabilidade e sacrifício.

A factura para os do costume

A central sindical exemplifica: “a evolução da longevidade e o aumento da esperança média de vida das populações – desde sempre considerados um indicador de progresso da humanidade – são virados contra as pessoas e apresentados como factor negativo e de risco, cujos custos, curiosamente, devem ser suportados apenas pelos trabalhadores”.

Por outro lado, regista-se “uma evolução negativa no que toca ao trinómio *receber menos, pagar mais ou trabalhar mais*, em que assenta a introdução do factor de sustentabilidade”.

De facto, o actual documento perspectiva que os trabalhadores descontem voluntariamente “*para um novo regime complementar público de contas individuais ou para regimes privados de poupança-reforma existentes*”, o que equivale a uma verdadeira possibilidade de saída parcial do sistema público de segurança social. Esta solução, “para além de constituir um ónus acrescido para os trabalhadores, sem qualquer participação das entidades patronais, é particularmente grave por atentar directamente contra os princípios do sistema público de segurança social”, pelo que é liminarmente rejeitada.

A CGTP-IN manifesta-se, no entanto, “disponível para encontrar soluções ponderadas, eficazes, efectivamente dirigidas às questões fundamentais e justas para todos os intervenientes”. Mas deixa claro que “nunca aceitará alterações profundas sem os períodos de transição e adaptação adequados”. ▶

Fórum Social Português convocado para Outubro

“Este espaço não pretende representar o conjunto da sociedade portuguesa, mas amplificar a voz d@s muit@s que condenam as políticas económicas, sociais, ambientais e culturais do neoliberalismo, a guerra, o sexismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia, a pobreza, a exclusão social, a injustiça e os ataques ao ambiente, à liberdade de expressão, aos serviços públicos e às funções sociais do Estado”.

Apelo de Almada

“A 13 de Maio de 2006, as pessoas, activistas e militantes, as organizações e os movimentos da sociedade portuguesa, reunidos em Plenário, em Lisboa, decidem convocar o Fórum Social Português 2006 para 13, 14 e 15 de Outubro.

À semelhança da edição de 2003, e de acordo com os princípios enunciados na Declaração de Coimbra, aprovada em Setembro de 2002, o Fórum Social Português e o seu processo de preparação afirmam-se como um movimento de movimentos e de organizações sociais e políticas que se reconhecem no espírito do Fórum Social Mundial e dos Encontros Continentais que, por todo o planeta, proclamam que um outro Mundo – mais Pacífico, Justo, Solidário, Ecológico e Sustentável – é não apenas necessário, mas possível.

O Fórum Social Português representa em Portugal um processo de encontro, convergência e participação da cidadania organizada e das pessoas, independentemente da sua nacionalidade, que se revêem na Carta de Princípios do Fórum Social Mundial e a subscrevem.

Este espaço não pretende representar o conjunto da sociedade portuguesa, mas amplificar a voz d@s muit@s que condenam as políticas económicas, sociais, ambientais e culturais do neoliberalismo, a guerra, o sexismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia, a pobreza, a exclusão social, a injustiça e os ataques ao ambiente, à liberdade de expressão, aos serviços públicos e às funções sociais do Estado.

Ao Fórum Social Português podem aderir todas as pessoas, organizações e movimentos existentes no país que se reconheçam naquela declaração e adiram a este apelo. Tod@s são bem-vind@s e tod@s participam em igualdade, quer sejam uma pessoa, quer representem um milhão. No Fórum Social Português trocam-se experiências, criam-se alternativas e discutem-se e põem-se em prática ideias de tod@s. Mas ninguém está mandatada para falar em nome do Fórum Social Português.

No Fórum Social Português confluem muitos e diversos caminhos e dele sairão muitos mais. Nele se produzirão ideias e se definirão acções, que – apesar de apenas obrigarem @s que nelas se queiram envolver – contribuem para construir um Portugal melhor, num Mundo diferente. A afirmação desta diversidade não cabe num documento final.

spninformação 07.06

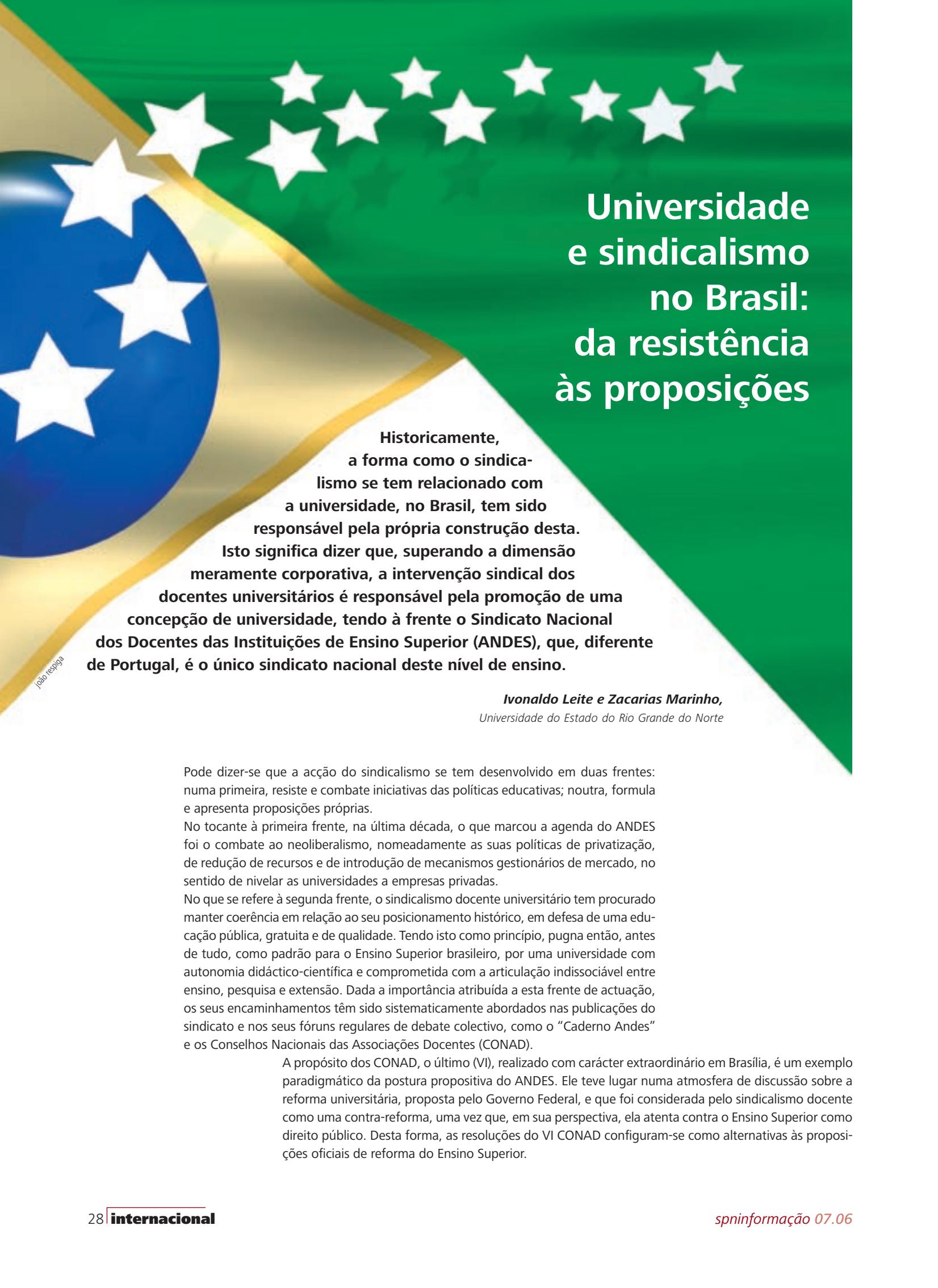


joão respiga

A regra principal desta construção democrática efectiva e plural é clara: todos os níveis da sua organização estão abertos à participação de tod@s. Somos intransigentemente pela transparência e pela participação democrática. O que formos capazes de realizar em conjunto será sempre o resultado do empenho de tod@s.

A nossa legitimidade, bem como da iniciativa que anunciamos, é a que decorre da vontade de, em conjunto, procurarmos imaginar e agir por um país que contribua para a ideia de que um outro Mundo, mais justo, solidário, sustentável e pacífico é possível. É esta a força que – de Seattle às grandes jornadas mundiais pela paz e de Porto Alegre a Caracas, Bamako e Karachi – tem mobilizado vontades em todo o planeta.

Agora, em 2006, é esta a razão que partilhámos e faremos crescer, cientes da responsabilidade de prosseguir em Portugal as lutas diárias que dão corpo à ideia que nos une de construir um outro mundo possível. Escolhemos este local, de tradições de luta dos trabalhadores e do nosso povo, para realizar a segunda edição do Fórum Social Português certos de que, com a participação de tod@s, Almada será mais uma vez palco da ideia central de que vale a pena lutar”.



Universidade e sindicalismo no Brasil: da resistência às proposições

Historicamente, a forma como o sindicalismo se tem relacionado com a universidade, no Brasil, tem sido responsável pela própria construção desta. Isto significa dizer que, superando a dimensão meramente corporativa, a intervenção sindical dos docentes universitários é responsável pela promoção de uma concepção de universidade, tendo à frente o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), que, diferente de Portugal, é o único sindicato nacional deste nível de ensino.

*Ivonaldo Leite e Zacarias Marinho,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

Pode dizer-se que a acção do sindicalismo se tem desenvolvido em duas frentes: numa primeira, resiste e combate iniciativas das políticas educativas; noutra, formula e apresenta proposições próprias.

No tocante à primeira frente, na última década, o que marcou a agenda do ANDES foi o combate ao neoliberalismo, nomeadamente as suas políticas de privatização, de redução de recursos e de introdução de mecanismos gestionários de mercado, no sentido de nivelar as universidades a empresas privadas.

No que se refere à segunda frente, o sindicalismo docente universitário tem procurado manter coerência em relação ao seu posicionamento histórico, em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Tendo isto como princípio, pugna então, antes de tudo, como padrão para o Ensino Superior brasileiro, por uma universidade com autonomia didáctico-científica e comprometida com a articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Dada a importância atribuída a esta frente de actuação, os seus encaminhamentos têm sido sistematicamente abordados nas publicações do sindicato e nos seus fóruns regulares de debate colectivo, como o “Caderno Andes” e os Conselhos Nacionais das Associações Docentes (CONAD).

A propósito dos CONAD, o último (VI), realizado com carácter extraordinário em Brasília, é um exemplo paradigmático da postura propositiva do ANDES. Ele teve lugar numa atmosfera de discussão sobre a reforma universitária, proposta pelo Governo Federal, e que foi considerada pelo sindicalismo docente como uma contra-reforma, uma vez que, em sua perspectiva, ela atenta contra o Ensino Superior como direito público. Desta forma, as resoluções do VI CONAD configuram-se como alternativas às proposições oficiais de reforma do Ensino Superior.

Financiamento e gestão das universidades

Como decorrência dessa postura propositiva, o ANDES tem tratado de forma bastante precisa a questão do financiamento do Ensino Superior, realçando a necessidade de uma efectiva autonomia financeira, do compromisso estatal com os recursos para as universidades, bem como assinalando ser imprescindível extinguir as fundações de apoio que, buscando recursos externos, conforme a entidade, promovem a desresponsabilização financeira do Estado em relação às instituições universitárias. Assim, tem proposto um Projecto de Lei Complementar sobre financiamento e normas de gestão financeira para as universidades federais.

Aliás, ainda em matéria de financiamento, o sindicato tem defendido o fim das parcerias público-privadas, para assegurar que os recursos públicos destinados às universidades particulares sejam canalizados para as públicas. Também tem, a partir de estudos, apresentado indicativos de percentuais – ao Orçamento da União – necessários, em sua avaliação, ao atendimento das demandas universitárias do país, contemplando o ensino, a pesquisa e a extensão. Isto é, objectiva-se expandir a rede de Ensino Superior, de forma gratuita, bem como garantir a assistência estudantil, com subsídio para alimentação, transporte, moradia e material pedagógico.

No concernente à gestão universitária, o ANDES tem defendido com ênfase a paridade na escolha de dirigentes, na composição dos conselhos e na formatação dos colégios estatuintes. Aqui, o que está em causa é assegurar uma gestão efectivamente democrática. Com este propósito, pleiteia-se que os mecanismos de gestão democrática sejam extensivos também, por via da legislação, às universidades particulares.



Momento político e sindicalismo docente

De resto, cabe referir o momento político vivido pelo país e o papel do ANDES. O governo Lula da Silva, cujas origens remontam aos movimentos sociais, tem sido razão de uma forte divisão no seio do sindicalismo brasileiro – resultado de intensas divergências nas bases –, provocando cisão na Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade que, a partir dos fins da ditadura militar, congregou as experiências do chamado sindicalismo combativo.

Neste contexto, o Sindicato dos Docentes do Ensino Superior tem actuado no sentido de manter coerência com a história do sindicalismo combativo, primando pela independência da acção sindical e velando para que lógicas partidárias não sejam confundidas com os interesses do movimento. Isto é, o ANDES tem recusado ser utilizado como aparelho, como correia de transmissão de orientações partidárias.

É evidente que esta é uma questão clássica no debate sobre sindicalismo, como também, mesmo com todas as precauções existentes num sindicato a respeito do seu funcionamento democrático, como ocorre no ANDES, este esforço não o torna isento, por exemplo, daquela hipótese de Robert Michels segundo a qual “elites burocráticas” (oligarquias, dir-se-á em termos michelsianos) podem controlar e gerir as organizações dos trabalhadores segundo interesses que não estão directamente relacionados com o pensamento das bases.

Entretanto, de qualquer modo, há que reter que o sindicalismo docente tem sido um intenso interveniente na vida universitária brasileira. Mesmo que, por vezes, se possa discordar de algumas de suas acções, não se pode negar que, passando da resistência às proposições, ele tem contribuído para a construção de uma ideia de universidade assumidamente pública e gratuita, bem como referenciada na laicidade, na qualidade social e na promoção da democracia. ▶

Nota da Redacção:

Ivonaldo Leite (ivonaldo_leite@yahoo.com.br) é autor de investigação comparada entre o sindicalismo docente brasileiro e português.

Zacarias Marinho (zacariasmarinho@uol.com.br) é presidente da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (ADUERN), filiada no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Museus da Europa no roteiro do Visionarium

O Centro de Ciência do Europarque (Visionarium) está a promover uma iniciativa intitulada “Na Rota dos Museus da Europa” (11 a 20 de Agosto), que cruza quatro países: Espanha, França, Holanda e Bélgica.

O circuito, de vincada matriz científico-cultural, tem início em Santa Maria da Feira, com destino a Bilbao (País Basco), onde haverá oportunidade para explorar o Museu Guggenheim, uma famosa obra arquitectónica com chancela de Frank Gehry. No segundo dia, já em território gaulês, a paisagem do Vale do Loire oferece uma conjugação harmoniosa entre natureza e intervenção humana, com seus os incontornáveis castelos.

O ponto de paragem seguinte é na Holanda dos polders, dos moinhos de vento, dos campos de flores, de Van Gogh – o quarto dia de viagem será preenchido com uma visita ao museu que evoca a vida do pintor holandês, em Amesterdão, e uma incursão à aldeia típica de Zaanse Schans, onde podem ser vistas as tradicionais casas de madeira pintadas de verde,

os jardins, as pontes, o artesanato e os moinhos de vento, num ambiente que remete para uma certa Holanda dos séculos XVII e XVIII.

No quinto dia, de saída para Bruxelas, ainda haverá tempo para explorar livremente Amesterdão, bem como para visitar Haia – capital político-administrativa da Holanda – e Roterdão, cidade-ícone da arquitectura vanguardista. Já na capital belga, oportunidade para descobrir o Atomium, no Heysel Park, e desfrutar a magnífica Grand Place.

O itinerário do sexto dia compreende a deslocação até Paris, com chegada ao final da manhã e a tarde para fruir ao gosto pessoal.

No dia seguinte, o lema é explorar La Villette, um parque lúdico onde impera o conhecimento científico, mas não se negligenciam dimensões como a arte, a cultura, o ambiente e a natureza.

Toulouse é a escala seguinte. Reconhecida como vanguarda tecnológica e industrial da aeronáutica europeia, o programa reserva uma visita à Cité de L’Espace, onde é possível experimentar sensações próprias da vida no Espaço através de exposições interactivas, projecções com elevado índice de realismo, observação de fenómenos cósmicos e de lançamentos de satélites e de uma visita virtual à Estação Espacial Internacional.

No último dia, a viagem de regresso ligará Vitória (País Basco) ao Europarque, em Santa Maria da Feira.

Condições: Associado do Clube Visionarium: 749€; não associado: 800€

Preço inclui: Viagem em autocarro de turismo + 9 noites com alojamento e pequeno-almoço em hotéis de classe turística 2 (Íbis / Campanile / Kyriad, em quartos duplos c/ banho ou duche) + Guia local em Amesterdão + Entrada nos parques La Villette (Planetário/Géode), Futuroscope e Cité de L’Espace + Entradas nos museus Guggenheim e Van Gogh + Visitas conforme programa + Seguro de assistência em viagem + Acompanhamento de um delegado Visionarium.*

Limite de inscrição: 21 de Julho

Informações: cabarros@aeportugal.com; 256 370 627; 256 370 614 (fax)



há filmes cá fora



JULHO

21. Às segundas ao sol,
de Fernando León de Aranoa
(Mercado da Ribeira)

**22. De tanto bater,
o meu coração parou,**
de Jacques Audiard
(Palácio de Cristal
– concha acústica)

28. Mar adentro,
de Alejandro Aménabar
(Parque da Cidade – entrada pela
Circunvalação)

**29. Embriagado de mulheres
e de pintura,**
de Im Kwon Taek
(Jardim da Arca d'Água)

O programa "Cinema Fora do Sítio" está a decorrer no Porto desde o dia 7 de Julho, prolongando-se até 5 de Agosto. Organização conjunta Cultturporto/Inatel, a iniciativa aposta na projecção de filmes em praças, jardins e outros espaços públicos; as sessões são gratuitas e têm lugar aos sábados e domingos, às 22 horas.

AGOSTO

04. O gosto dos outros,
de Agnès Jaoui
(jardim da Casa das Artes)

05. O sabor da cereja,
de Abbas Kariostami
(Jardim do Covelo)

para um postal de boas férias



uma nêspera
estava na cama
deitada
muito calada
a ver
o que acontecia

chegou a Velha
e disse
olha uma nêspera
e zás comeu-a

é o que acontece
às nêsperas
que ficam deitadas
caladas
a esperar
o que acontece

Mário-Henrique Leiria
Rifão Quotidiano,
em «Novos Contos do Gin Tónico»

Uma ministra redonda (num país faz-de-conta)

Apesar da imagem da capa, o país está em andamento. Vai de carrinho, o país. Para férias e embandeirado com o sucesso.

Futebolístico, esclarea-se. Porque, ao que consta, é um sucesso estar entre os quatro maiores do mundo do pontapé-na-bola; embora haja quem afirme que, hoje por hoje, o futebol não é tanto isso; ou é muito mais do que isso).

No entanto, este "sucesso" é claramente um insucesso. Para além ser o último dos quatro melhores do mundo, o Portugal de Scolari regrediu relativamente ao, também, insucesso desportivo do Euro 2004. Onde, recorde-se, foi o segundo melhor.

Certo que o Mundo é maior do que a Europa, mas vejamos: se os quatro finalistas mundiais eram todos europeus, Portugal é o quarto europeu mundial. E não estava lá a Grécia, que biderrotou Scolari... Grande "sucesso", pois!

O brasileiro, sim, é um homem de sucesso. Porque consegue amenizar as derrotas substantivas – nos palcos que efectivamente contam – com sucessivos adjetivos vitoriosos sobre impotências futebolísticas que lhe amparam a loja da preparação para o falhanço seguinte. E é principescamente pago por esse difícil papel. E parece que vai continuar...

A exemplo do país, os educadores e professores vão de férias. De carrinho ou por outro qualquer meio. E não adianta atirar-lhes com os fantasmas da "crise" e da "situação". Vão de férias, e vão muito justamente. Merecem-nas e precisam delas, principalmente destas.

De facto, nunca como hoje foi tão difícil ser educador/professor em Portugal, mesmo no de Scolari.

Nunca como hoje foram tão agredidos verbalmente, tão ofendidos profissionalmente, tão desconsiderados pessoalmente e tão maltratados ministerialmente.

A responsabilidade deste difícil-estar docente tem um rosto (embora haja quem pense que é apenas máscara) e um nome: Maria de Lurdes. É uma ministra intuitiva (a intuição é o instinto que permite a uma ministra saber que está certa, esteja ou não), mas também uma ministra redonda – não tem ponta por onde se lhe pegue...

E pronto, boas férias!

(extensivas à ministra, que também anda a precisar de ir descansar)

A.B.



nesta edição

- a abrir
- 02 **Testemunho sobre a sessão de abertura do Debate Nacional sobre Educação**
- editorial
- 03 **A luta continua**
- revisão do ECD
- 04 **Conselho Nacional da Fenprof aprovou parecer sobre a proposta do ME**
- 05 **A importância do ECD para os docentes e para o sistema educativo**
- 06 **Propostas têm sentido negativo**
- 07 **Fenprof apresentou propostas**
- 09 **Propostas que merecem a rejeição da Fenprof**
- acção sindical
- 10 **Plano de acção e de lutas dos educadores e professores**
- 11 **ETI: resposta de que as famílias necessitam não deve obedecer a modelo único**
- 12 **Jornada de Luta da Administração Pública: Fenprof dirigiu-se aos encarregados de educação**
- 13 **Autonomia sim, contratualização não**
- opinião
- 14 **Vozes ao alto**
- em foco
- 15 **Ensino Secundário: até quando este estado de coisas?**
- 16 **Atraso relativamente à Europa**
- 18 **Reformas e alterações inconsequentes**
- 19 **Haverá outro caminho que não o investimento**
- do superior
- 20 **Investigação científica em Portugal: um dispendioso jogo a feijões**
- diversos
- 22 **Consultório jurídico: horários semanais e serviço docente**
- notícias do spn
- 23 **Finalmente instalações condignas**
- correio dos leitores
- 24 **À luz deste estatuto, nunca serei bom professor**
- 25 **A saga dos relator**
- país
- 26 **O Governo e reforma da Segurança Social**
- 27 **Apelo de Almada**
- internacional
- 28 **Universidade e sindicalismo no Brasil: da resistência às proposições**
- aposta spn
- 30 **Museus da Europa no roteiro do Visionarium**
- A fechar
- 31 **Uma ministra redonda**